

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano LXXXV • Nº 31

Poder Legislativo

Recife, sábado, 1º de março de 2008

# Ed Carlos comemora 20 anos de carreira no Segunda Cultural

Grupo Orfeão de Cordas, Mestre Salustiano e Ronaldo Aboiador também participam



FOTOS: RINALDO MARQUES

O cantor pernambucano Ed Carlos está completando 20 anos de carreira. Nesta segunda-feira (3), ele e o grupo Orfeão de Cordas Nivaldo Jatobá, da cidade de Belo Jardim, são as atrações do Projeto Segunda Cultural, da Assembléia Legislativa. Para dar mais brilho à festa, Mestre Salustiano e Ronaldo Aboiador também farão participações especiais.

Ed Carlos cresceu em meio aos ritmos característicos da região, como bumba-meu-boi, caboclinho, frevo, coco, ciranda, forró e maracatu. Os temas populares são sua referência musical. Sempre realizando *shows* em espaços culturais, casas noturnas, teatros e eventos abertos pelo Brasil, o cantor também já mostrou seu talento no exterior, a exemplo da Holanda, Áustria, Itália, Suíça, Paris, no Festival de Jazz de Montreux e no Carnaval das Culturas de Berlim.

Premiado em festivais de música como Frevança, Canta Nordeste, Recifevevo e Recifevoé, entre outros, Ed Carlos recebeu, ainda, menção honrosa da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajjet) como o artista que mais divulgou a música Pernambucana no Brasil e no mundo.

O grupo Orfeão tem uma proposta social e utiliza a música para retirar da ociosidade crianças e adolescentes de baixa renda do bairro de Santo Antônio, no município de Belo Jardim. O Orfeão de Cordas é conhecido pela forma inusitada de tocar instrumentos, como violão, violino, bandomolim, cavaquinho e guitarra. Em uma das apresentações, por exemplo, uma das alunas utiliza simultaneamente três violões, num número conhecido como Baião de Três.

De acordo com a coordenadora do grupo, Dami Alves, além de trabalhar em prol do desenvolvimento infanto-juvenil, o Orfeão de Cordas procura profissionalizar os estudantes. "Hoje, temos uma aluna de 13 anos que é instrutora", explicou. Além do grupo, existe uma escola de músicos com 106 alunos.

O grupo Orfeão de Cordas Nivaldo Jatobá atende a crianças de 9 a 18 anos e conta com repertório eclético, passando do frevo ao forró. O *show* começa às 18h e a entrada é gratuita. Os artistas que se apresentam no Segunda Cultural, projeto que completou cinco anos, no último dia 18, não cobram cachê.

### RECONHECIMENTO

- Ed Carlos (acima) acumula premiações importantes em festivais como o Frevança e o Canta Nordeste. Além disso, participou de eventos no exterior. No último dia 18, o Projeto da Alepe que valoriza os artistas locais celebrou cinco anos de existência (foto ao lado)



## Atas de Comissões

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2008.

Às dez horas do dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Queiroz, reuniram-se os Deputados Augusto César Filho, Augusto Coutinho, Carla Lapa, Isaltino Nascimento e Teresa Leitão membros titulares, e os Deputados Alberto Feitosa, Eriberto Medeiros e Doutora Nadege, membros suplentes. Estava também presente o Deputado Raimundo Pimentel. Observado o *quorum* regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi aprovada. Em seguida, passou-se à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 437/2008, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias estaduais e acresce dispositivos à Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro), retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 441/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 12.797, de 29 de abril de 2005, que autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de área de terra que indica, e dá outras providências), distribuído para a Deputada Carla Lapa; Projeto de Lei Ordinária nº 442/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 12.615, de 29 de junho de 2004, e dá outras providências), distribuído para o Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 443/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual de Educação de Pernambuco, e dá outras providências), em regime de urgência, distribuído para o Deputado Isaltino Nascimento. Em seguida, seguiu-se a discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 282/2007, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Proíbe o condicionamento imposto pelos fornecedores à aceitação de cheque, em virtude da idade da conta bancária no âmbito estadual e dá outras providências), tendo como Relator o Deputado Coronel José Alves. Na ausência dele, foi designada para relatar a Deputada Doutora Nadege que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 294/2007, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Institui a “Semana Estadual de Combate ao Câncer de Boca” e dá outras providências), tendo como Relator o Deputado Sebastião Rufino. Na ausência dele, foi designada para relatar a Deputada Carla Lapa que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 361/2007, de autoria do Deputado Carlos Santana (Ementa: Denomina o trecho da Rodovia PE-09, que liga o Distrito de Nossa Senhora do Ó a praia de Porto de Galinhas em Ipojuca, de: Rodovia Wilson de Queiroz Campos Júnior), tendo como Relator o Deputado Lourival Simões. Na ausência dele, foi designada para relatar a Deputada Teresa Leitão que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 363/2007, de autoria do Deputado Raimundo Pimentel (Ementa: Denomina Governador Miguel Arraes de Alencar, a Rodovia PE 590, que liga a cidade de Ipubi ao distrito de Serrolândia), tendo como Relator o Deputado Mavieal Cavalcanti. Na ausência dele, foi designado para relatar o Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade. O Deputado Raimundo Pimentel pediu para constar em ata que o Projeto de Lei Ordinária nº 363/2007, de sua autoria, atende aos prefeitos e vereadores do Município de Ipubi, onde homenageia Miguel Arraes; Projeto de Lei Ordinária nº 376/2007, de autoria do Deputado Eduardo Porto (Ementa: Fica denominada “Rodovia José da Costa Porto”, a PE 170 que liga os Municípios de Belo Jardim a Canhotinho), tendo como Relator o Deputado Lourival Simões. Na ausência dele, foi designado para relatar o Deputado Augusto Coutinho que o aprovou à unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 391/2007, de autoria do Deputado Coronel José Alves (Ementa: Institui o Dia Estadual do Cónsul), tendo como Relator o Deputado Lourival Simões. Na ausência dele, foi designado para relatar o Deputado Eriberto Medeiros que o aprovou à unanimidade. Em seguida, passou-se à distribuição da seguinte proposição em extra-pauta: Projeto de Resolução nº 446/2007, de autoria da Deputada Terezinha Nunes (Ementa: Institui a Medalha do Mérito Democrático e Popular Frei Caneca), distribuído para o

Deputado Augusto Coutinho. Não havendo mais nada a tratar, foi convocada a próxima reunião ordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a se realizar no dia 19 de fevereiro de 2008, às 10:00h (dez horas). Do que, para constar, Eu, Irapuan José Emerenciano, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado José Queiroz  
Presidente

Titulares:  
Deputado Augusto César Filho  
Deputada Carla Lapa  
Deputada Teresa Leitão  
Deputado Augusto Coutinho  
Deputado Isaltino Nascimento

Suplentes:  
Deputado Alberto Feitosa  
Deputada Doutora Nadege  
Deputado Eriberto Medeiros

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

Às dez horas do dia dezoito do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, no Plenarinho III, localizado no 2º andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Deputado José Queiroz, reuniram-se os Deputados Augusto César Filho, Augusto Coutinho, Carla Lapa, Isaltino Nascimento e João Negromonte membros titulares, e os Deputados Alberto Feitosa, Antônio Moraes, Coronel José Alves e Doutora Nadege, membros suplentes. Observado o *quorum* regimental, o Presidente declarou aberta a reunião e passou à leitura da ata da reunião anterior, que, não tendo sofrido qualquer impugnação, foi dada por aprovada. Em seguida, passou-se à distribuição das seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 435/2007, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Concede Título de Cidadão Pernambucano ao Advogado Izael da Nóbrega), distribuído para o Deputado Alberto Feitosa; Subemenda nº 3, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Modifica o artigo 6º, do Substitutivo nº 01/2007 do Projeto de Lei Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade; Subemenda nº 4, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Modifica o artigo 9º, do Substitutivo nº 1/2007, do Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade; Subemenda nº 5, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Modifica a redação dos artigos 1º e inciso II do artigo 2º, do Substitutivo nº 1/2007 do Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade; Subemenda nº 6, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Adita inciso, que passa a ser o IV, no artigo 3º, do Substitutivo nº 01/2007 do Projeto de Lei Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, foi convocada a próxima reunião ordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a se realizar no dia 5 de fevereiro de 2008, às 10:00h (dez horas). Do que, para constar, Eu, Irapuan José Emerenciano, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Artesanal e dá outras providências), segundo turno, distribuído por dependência para o Deputado Augusto Coutinho. Em seguida, seguiu-se à discussão das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 339/2007, de autoria do Deputado Carlos Santana (Ementa: INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE INCENTIVO A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), Relator: Deputado Isaltino Nascimento – Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 357/2007, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Considera o Bolo Souza Leão Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Pernambuco), Relator: Deputado Augusto Coutinho – Na ausência do Deputado Augusto Coutinho foi designado para relatar o Deputado Antônio Moraes – Aprovado por maioria; Projeto de Lei Ordinária nº 379/2007, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Considera o Bolo de Rolo Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Pernambuco), Relator: Deputado João Negromonte – Na ausência do Deputado João Negromonte foi designada para relatar a Deputada Carla Lapa – Aprovado por maioria; Projeto de Resolução nº 50/2007, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Resolução de nº 156 de 9 de dezembro de 1991), Relator: Deputado Alberto Feitosa – Rejeitado por unanimidade; Projeto de Resolução nº 66/2007, de autoria do Deputado Bringel (Ementa: Alteração do art. 142 das sessões ordinárias), Relator: Deputado Pastor Cleiton Collins – Na ausência do Deputado Pastor Cleiton Collins foi designado para relatar o Deputado Augusto César Filho – Rejeitado por unanimidade; Projeto de Resolução nº 188/2007, de autoria da Comissão de Defesa do Meio Ambiente (Ementa: Altera a resolução nº 487 de 22 de novembro de 2000), Relator: Deputado Alberto Feitosa – Rejeitado por unanimidade; Projeto de Resolução nº 435/2007, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Concede Título de Cidadão Pernambucano ao Advogado Izael da Nóbrega), Relator: Deputado Alberto Feitosa – Aprovado por unanimidade; Subemenda nº 3, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Modifica o artigo 6º, do Substitutivo nº 01/2007 do Projeto de Lei Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade; Subemenda nº 4, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Modifica o artigo 9º, do Substitutivo nº 1/2007, do Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade; Subemenda nº 5, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Modifica a redação dos artigos 1º e inciso II do artigo 2º, do Substitutivo nº 1/2007 do Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade; Subemenda nº 6, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Adita inciso, que passa a ser o IV, no artigo 3º, do Substitutivo nº 01/2007 do Projeto de Lei Desarquivado nº 048/2007, do Dep. Claudiano Martins), ao Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera Integralmente a Redação do Projeto de Lei Ordinária nº 48/2007, ao Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 48/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins (Ementa: Dispõe sobre o processo de Produção do Queijo Artesanal e dá outras providências), segundo turno, relator: Deputado Augusto Coutinho – Rejeitada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, foi convocada a próxima reunião ordinária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a se realizar no dia 5 de fevereiro de 2008, às 10:00h (dez horas). Do que, para constar, Eu, Irapuan José Emerenciano, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado José Queiroz  
Presidente

Titulares:  
Deputado Augusto César Filho  
Deputada Carla Lapa  
Deputado João Negromonte  
Deputado Augusto Coutinho  
Deputado Isaltino Nascimento

Suplentes:  
Deputado Alberto Feitosa  
Deputado Coronel José Alves  
Deputado Antônio Moraes  
Deputada Doutora Nadege

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO REALIZADA NO DIA VINTE DE FEVEREIRO DE 2008.

Às dez horas do dia vinte de fevereiro de dois mil e oito, no plenarinho III, localizado no segundo andar do anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Geraldo Coelho, reuniram-se os Deputados Antônio Moraes, Coronel José Alves, Mavieal Cavalcanti, André Campos, Manoel Ferreira e Marcantônio Dourado, membros efetivos, que contaram com a presença do Segundo Secretário da Mesa Diretora, o Deputado Raimundo Pimentel. O presidente, constatando a existência de *quorum* regimental, declarou abertos os trabalhos referentes à reunião

ordinária convocada para este dia. Inicialmente foi feita a distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 448/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo, e dá outras providências), que foi distribuído para o Deputado Mavieal Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 449/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo, e dá outras providências), que foi distribuído para o Deputado Marcantônio Dourado; Projeto de Lei Ordinária nº 450/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 12.710, de 18 de novembro de 2004, e alterações, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco - PRODINPE), que foi distribuído para o Deputado André Campos. Houve também a distribuição de projetos extrapauta: Projeto de Lei Ordinária 453/2008, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Dispõe sobre a compra, transporte, estocagem, distribuição e revenda de combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente), que foi distribuído para o Deputado Coronel José Alves; Projeto de Lei Ordinária 454/2008, de autoria do Deputado Augusto César Filho (Ementa: Dispõe sobre qualidade dos comprovantes emitidos em caixas eletrônicas em Bancos ou instituições financeiras no Estado de Pernambuco), que foi distribuído para o Deputado Manoel Ferreira; Projeto de Lei Ordinária 455/2008, de autoria do Deputado Augusto César Filho (Ementa: Dispõe sobre o uso de botijão de gás nas unidades prisionais, na forma que menciona), que foi distribuído para o Deputado Antônio Moraes; Projeto de Lei Ordinária 458/2008, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Define como requisito obrigatório, aplicável às empresas de serviços terceirizados pelo Estado de Pernambuco, para fins de renovação de contrato, a contratação por parte das empresas prestadoras de serviços do pessoal demitido, provindo das atividades de jogos de azar, divertimentos eletrônicos e similares de, pelo menos, cinquenta por cento do seu contingente de trabalhadores e dá outras providências), que foi distribuído para o Deputado André Campos; Projeto de Lei Ordinária 461/2008, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a denominação da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, instituída conforme autorização da Lei nº 6.956, de 24 de outubro de 1975, fixa competências, e dá outras providências.), que foi distribuído para o Deputado Geraldo Coelho. Após o fim da distribuição foi promovida a discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 441/2007, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a Lei nº 12.797, de 29 de abril de 2005, que autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de área de terra que indica, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Mavieal Cavalcanti, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 442/2007, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Modifica a Lei nº 12.615, de 29 de junho de 2004, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Manoel Ferreira, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 443/2007, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual de Educação de Pernambuco, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Coronel José Alves, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Não havendo mais o que discutir, o Presidente declarou encerrados os trabalhos dessa reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. Do que, para constar, Eu, Osman Frazão Lima, lavrei a presente ata assinada pelos parlamentares abaixo.

Sala das Reuniões, 20 de fevereiro de 2008.

Deputado Geraldo Coelho  
Presidente da CFOT

Titulares:  
Deputado Antônio Moraes  
Deputado Manoel Ferreira  
Deputado André Campos  
Deputado Marcantônio Dourado  
Deputado Mavieal Cavalcanti  
Deputado Coronel José Alves

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA ÀS DEZ HORAS DO DIA QUATRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E SETE.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, NO AUDITÓRIO, LOCALIZADO NO SEXTO ANDAR DO EDIFÍCIO NILCO COELHO, ANEXO I AO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, ÀS DEZ HORAS, REUNIRAM-SE O(A)S DEPUTADO(A)S TERESA LEITÃO (PRESIDENTA), GERALDO COELHO (MEMBRO EFETIVO) E SILVIO COSTA FILHO (MEMBRO SUPLENTE), ALÉM DA DEPUTADA ISABEL CRISTINA. JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA AS DEPUTADAS TEREZINHA NUNES (VICE-PRESIDENTA) E ELINA CARNEIRO. A SENHORA PRESIDENTE INFORMOU A METODOLOGIA DA AUDIÊNCIA, EM SEGUIDA, CONVIDOU PARA COMPOR A MESA DRA. ELEONORA MARIZ E SILVA RODRIGUES, PROMOTORA DE EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO; O PROF.ª HELENA ARAÚJO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO - SINTEPE; O SR. MANOEL SANTOS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE PERNAMBUCO - ASPAPE; O PROF.ª JUAREZ RIBEIRO, REPRESENTANTE DO MOVIMENTO ORGANIZADO PELOS PROFESSORES - MOPROPE; O ESTUDANTE ALDENISIO NASCIMENTO, VICE-PRESIDENTE DA UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE PERNAMBUCO - UESPE; A CONSELHEIRA PROF.ª DENISE GALINDO, REPRESENTANDO O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE REDE, PROF.ª MARGARETH ZAPONI, REPRESENTANDO O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, DANILO CABRAL. EM SUAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS, A DEPUTADA DESTACOU QUE ESTA É A SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ESTE ANO, COM O TEMA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES. HOJE, A EXPECTATIVA É A

## PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. Procuradoria Geral, Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); Superintendência Geral, Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); Assistência Legislativa, Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); Superintendência Administrativa, Adriana Alves Araújo (Superintendente); Superintendência de Recursos Humanos, Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica, Bráulio José de Lira C. Torres; Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira, Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); Cerimonial, Franklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional, Aldo Mota (Assistente Médico); Assistência de Segurança Legislativa, Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); Escola do Legislativo, Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); Auditagem, Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); Assistência de Comunicação Social, Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); Chefe de Departamento de Imprensa, Marconi Glauco; Editora, Andréa Tavares; Redatores: Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Larissa Rodrigues, Renata Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; Fotografia: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; Diagramação e Editoração Eletrônica: Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; Chefe de Departamento de Rádio e TV: Ana Lúcia Lins; Repórteres: Carolina Flores, Rosângela Almeida, Silvana Fonseca e Verônica Barros; Operadores de Som: Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos; Estagiários: Andréa Neves, Hortência Cecilio, Priscilla Aguiar, Rodrigo Ferreira e Solange Mendonça; Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. Nosso E-mail: [dimprensa@alepe.pe.gov.br](mailto:dimprensa@alepe.pe.gov.br).

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. PROSSEGUINDO, PASSOU A PALAVRA A SRA. MARGARETH ZAPONI QUE EXPÓS SOBRE OS DADOS COLETADOS NA PESQUISA, A METODOLOGIA UTILIZADA NA IDENTIFICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE PROFESSORES DISPONÍVEIS PARA REGÊNCIA.NA PRÓPRIA REDE, NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS, TEMPORÁRIOS, ASSIM COMO, INFORMOU AS MEDIDAS QUE SERÃO ADOTADAS PELA SEDUC PARA MELHORAR ESSA RELAÇÃO PROFESSOR/TURMA: 1) REVISÃO DAS MATRIZES CURRICULARES. 2) ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL DE ALUNOS. 3) DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PARA ASSEGURAR O DIREITO DO ALUNO A UMA APRENDIZAGEM COM QUALIDADE SIGNIFICATIVA. 4) INSTITUIR MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL. 5) REALIZAR ORDENAMENTO DAS TURMAS. 6) A NOMEAÇÃO IMEDIATA DE 672 (SEISCENTOS E SETENTA E DOIS) PROFESSORES CLASSIFICADOS NO CONCURSO DE 2006. 7) A REALIZAÇÃO DE UM NOVO CONCURSO PÚBLICO PARA SUPRIR O DÉFICIT DE 1.702 (UM MIL, SETECENTOS E DUAS) NOVAS VAGAS SÓ OCORRERÁ DEPOIS DESSA NOMEAÇÃO DOS CLASSIFICADOS; 8) REALIZAÇÃO DE CONCURSO PARA ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA; 9) MANUTENÇÃO DO PROFESSOR TEMPORÁRIO ATÉ QUE OS PROFESSORES CONCURSADOS ENTREM EM EFETIVO EXERCÍCIO; 10) IMPLANTAÇÃO DE APOIO TÉCNICO E PEDAGÓGICO; 11) REALIZAÇÃO DE UM SENSO DO SERVIDOR MUITO MAIS AMPLO QUE ESTE DIAGNÓSTICO E QUE ABRANGERÁ TODO O UNIVERSO DOS SERVIDORES DO ESTADO. APÓS A EXPLANAÇÃO, A SENHORA PRESIDENTE AGRADECEU E PONTUOU AS SEGUINTES CONSIDERAÇÕES: “1) CONSIDERANDO O RESULTADO DO DIAGNÓSTICO NA CARGA HORÁRIA DOCENTE NA REDE ESTADUAL; 2) CONSIDERANDO OS PREJUÍZOS FINANCEIROS E PEDAGÓGICOS QUE O DESVIO DE CARGA HORÁRIA PROVOCA AO ESTADO E AOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA; 3) CONSIDERANDO A PERSISTÊNCIA DE PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS PALIATIVAS NA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES APONTADAS; 4) CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE ORGANIZAR A REDE ESTADUAL PARA UMA REESTRUTURAÇÃO PERMANENTE, EU, NA CONDIÇÃO DE PRESIDENTA DA COMISSÃO, FAÇO AS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: 1) RETORNO DO INSTRUMENTO DENOMINADO GERENCIAL OU OUTRO SEMELHANTE, EM QUE ATÉ O MÊS DE MARÇO DO ANO LETIVO CORRENTE A ESCOLA SEJA OBRIGADA A APRESENTAR SUA PLANILHA DE CARGA HORÁRIA À SEDUC; 2) LIMITAR EM 10 HORAS/AULAS MENSAIS PARA PROFESSORES COM CARGA HORÁRIA DE 200 HORAS, EM 5 HORAS/AULAS PARA PROFESSORES COM CARGA HORÁRIA DE 50 HORAS MENSAIS E A DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA FORA DE SALA DE AULA; 3) IMPLANTAÇÃO URGENTE DA AVALIAÇÃO POR DESEMPENHO COMO FORMA DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, EM CONSONÂNCIA COM A LEI DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS; 4) MONITORAMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSORES PARA LICENÇAS E AFASTAMENTO; 5) OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 19 DA LEI 11.329, DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, QUE TRATA DA COMPENSAÇÃO DE AULAS NÃO MINISTRADAS; 6) ALTERAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EM REGIME DE URGÊNCIA E EXCEPCIONALIDADE, DIMINUINDO O TEMPO PARA DOZE MESES, AO INVÉS DOS VINTE E QUATRO ATUAIS, RENOVÁVEIS POR IGUAL PERÍODO; 7) RENOVAÇÃO, POR SELEÇÃO INTERNA, DO QUADRO DAS FUNÇÕES TÉCNICO-PEDAGÓGICAS: EDUCADOR DE APOIO, COORDENADOR DE BIBLIOTECA, COORDENADOR DA CENTRAL DE TECNOLOGIA E UNIDADES INTERDISCIPLINARES DE APOIO PEDAGÓGICO.” LOGO APÓS, A DEPUTADA PASSOU A PALAVRA A DRª ELEONORA RODRIGUES, QUE SOLICITOU POSTURAS CONCRETAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO COMO, POR EXEMPLO, DATA EM QUE OS CONCURSADOS SERÃO NOMEADOS, DATA DE ABERTURA DE UM NOVO CONCURSO, COMO SE TRANSFORMOU O DÉFICIT DE CARGA HORÁRIA EM NÚMERO DE PROFESSORES. INFORMOU AOS PRESENTES QUE A PROMOTÓRIA DE EDUCAÇÃO JÁ ENCAMINHOU UM OFÍCIO DETERMINANDO QUE O SECRETÁRIO, EM CINCO DIAS, INDIQUE DATAS OBJETIVAS PARA NOMEAÇÃO E PARA ABERTURA DE NOVO CONCURSO E QUE HAJA TOTAL TRANSPARÊNCIA COM RELAÇÃO AOS 672 CONCURSADOS. DESTACOU COMO ASPECTOS POSITIVOS NA APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO A REDUÇÃO EM CERCA DE 6.500 (SEIS MIL E QUINHENTOS) PARA 2.750 (DOIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA) TEMPORÁRIOS. ENCERROU INFORMANDO QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO ENTENDE COMO ILEGAL A PRÁTICA DO CONTRATO TEMPORÁRIO PORQUE ESTÁ REFULGINDO A SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS E O SEU PAPEL É ESTAR VIGILANTE, ADOTANDO TODAS AS MEDIDAS PREVISTAS EM LEI, PARA GARANTIR A PRIORIDADE DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O MAGISTÉRIO. NA SEQUÊNCIA, A PROFESSORA DENISE GALINDO DISCORREU SOBRE AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS, A MISSÃO E OBJETIVO DO CONSELHO QUE É ACOMPANHAR A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, APRECIAR OS PLANOS E AS PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO E NORMATIZAR, EM SEGUIDA, O DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO COLOCOU-SE A DISPOSIÇÃO DA CATEGORIA PRESENTE PARA INTERVIR JUNTO AO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS, ENFATIZANDO QUE É A PRIMEIRA VEZ QUE VÊ UMA RADIOGRAFIA REAL DA EDUCAÇÃO E, ATRAVÉS DOS NÚMEROS, ESPERA QUE AS AÇÕES SEJAM EFETIVAMENTE REALIZADAS. PARA O DEPUTADO GERALDO COELHO É PRECISO CONSIDERAR O CUSTO DO PROFESSOR CONCURSADO E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS, ASSIM COMO, DE AÇÕES EFETIVAS PARA MELHORIA DA PRESENÇA DO PROFESSOR EM SALA DE AULA, DO RENDIMENTO ESCOLAR, DA INTERIORIZAÇÃO DAS FACULDADES, PARA QUE TODOS SEJAM BENEFICIADOS, A DEPUTADA ISABEL CRISTINA SOLICITOU INFORMAÇÕES DA SECRETARIA QUANTO A PREVISÃO PARA NOMEAR OS 672 CONCURSADOS E SE JÁ EXISTE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA ÁREA ADMINISTRATIVA NAS ESCOLAS; QUAL O NÚMERO DE ESCOLAS ALUGADAS POR FUNDAÇÕES EM TODO O ESTADO. DANDO CONTINUIDADE AO DEBATE, A SENHORA PRESIDENTE ANUNCIOU A PRESENÇA DO REPRESENTANTE DA OAB, DR. DARLAN SAMPAIO, EM

SEGUIDA, PASSOU A PALAVRA PARA O ESTUDANTE ALDENIR QUE SE POSICIONOU CONTRÁRIO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS, POR NÃO RESOLVER A SITUAÇÃO DA FALTA DE PROFESSORES E DAS ESCOLAS SUCATEADAS. JÁ O SENHOR JUAREZ RIBEIRO (MOPROPE) SUGERIU QUE SEJAM CHAMADOS OS CONCURSADOS DOS MUNICÍPIOS MAIS PRÓXIMOS; QUE FAÇAM O REMANEJAMENTO E CRIEM O “0800” PARA RECEBER DENÚNCIAS DOS DESCASOS NAS ESCOLAS. POR FIM, ENFATIZOU QUE O MOVIMENTO ORGANIZADO DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO VAI CONTINUAR LUTANDO PELA NOMEAÇÃO E FISCALIZANDO A ATUAÇÃO DO GOVERNO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO. O ÚLTIMO ORADOR, SENHOR HELENO ARAÚJO, DESTACOU QUE A QUESTÃO DO ACESSO, DA QUALIDADE, DE ORGANIZAR A REDE É UM DESAFIO CONJUNTO DE TODA A SOCIEDADE. HÁ UMA DISTÂNCIA ENORME ENTRE A TEORIA, “AQUILO QUE ESTÁ ESCRITO COMO PRINCÍPIO E O QUE É COLOCADO NA PRÁTICA. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, NESSE PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO APRESENTADO, AINDA NÃO ATENDE NEM AO CONJUNTO DA POPULAÇÃO, NEM TAMPOUCO GARANTE NENHUM PROCESSO INICIAL DA QUALIDADE”. SEGUNDO ELE, HÁ CINCO MIL PROFESSORES AFASTADOS DA SALA DE AULA POR PROBLEMAS DE SAÚDE E NÃO EXISTE UMA POLÍTICA DIRECIONADA PARA TRATAR DESSA QUESTÃO. CONSIDEROU A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO UMA MEDIDA POSITIVA, IMPORTANTE, PORÉM QUESTIONOU OS EIXOS ESTRUTURADORES, QUE NÃO SÃO EFETIVADOS ENQUANTO UMA POLÍTICA PÚBLICA, COMO EXEMPLO, CITOU A ALFABETIZAÇÃO E A CORREÇÃO DE FLUXO, QUE SÃO REALIZADAS POR FUNDAÇÕES E EMPRESA PRIVADA. POR ÚLTIMO, FEZ REFERÊNCIA A FALTA DO ITEM FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESCOLAR E DA NECESSIDADE DE DISCUTIR A POLÍTICA EDUCACIONAL A PARTIR DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. RETOMANDO A PALAVRA PARA SUAS CONSIDERAÇÕES FINAIS A REPRESENTANTE DA SEDUC INFORMOU QUE LEVARÁ AO SECRETÁRIO A SOLICITAÇÃO DA DEPUTADA TERESA LEITÃO PARA QUE NÃO SEJA VEICULADA A RELAÇÃO DOS PROFESSORES FALTOSOS NO “SITE”. QUANTO AO ORDENAMENTO DAS TURMAS, HÁ MAIS DE DUAS MIL TURMAS COM MENOS DE CINCO ALUNOS. NO QUE DIZ RESPEITO AO DESEMPENHO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, O GOVERNO, JUNTO AO SINDICATO, JÁ ESTÁ DISCUTINDO O MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO. REFORÇOU AINDA AS METAS DO GOVERNO PARA EDUCAÇÃO: 1ª) REFORMA DAS ESCOLAS; 2ª) IMPLANTAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO PARA ASSEGURAR A CONSERVAÇÃO DESSAS ESCOLAS; 3ª) NOMEAÇÃO IMEDIATA DOS CONCURSADOS; 4ª) IMPLEMENTAÇÃO DE MIL, CENTO E NOVENTA E TRÊS VAGAS PARA SERVENTES E MERENDEIRAS; 5ª) FAZER CONCURSO PÚBLICO PARA OS ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS, DEPOIS DO EFETIVO EXERCÍCIO DOS PROFESSORES. FINALIZANDO O DEBATE, A DEPUTADA TERESA LEITÃO INFORMOU QUE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, TÃO LOGO O PROGRAMA TRAVESSIA FOI ANUNCIADO, APRESENTOU ALGUNS ARGUMENTOS A PROF.ª AIDA MONTEIRO, SECRETÁRIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E AO SECRETÁRIO. DE ACORDO COM OS DADOS, A META DA SECRETARIA NÃO FOI ATINGIDA, SENDO ASSIM, É NECESSÁRIO MONITORAR, CONVERSAR COM OS ESTUDANTES DE TELESSALAS, COM OS PROFESSORES CONTRATADOS, VERIFICAR O EQUIPAMENTO QUE ESTÁ SENDO UTILIZADO E AVALIAR ESSE PRIMEIRO PROCESSO DE CORREÇÃO DE FLUXO, AO MESMO TEMPO, O MONITORAMENTO DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO TAMBÉM É IMPORTANTE. NESTE SENTIDO, A LUTA CONTINUA, NÃO SÓ PARA CONSEGUIR RESOLVER ESTE PROBLEMA ESPECÍFICO DA NOMEAÇÃO DOS CONCURSADOS, MAS CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, COM DIREITO HUMANO DE TODA A SOCIEDADE PERNAMBUCANA. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A SENHORA PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E TODAS E ENCERROU A AUDIÊNCIA. E, PARA QUE TUDO CONSTE EM REGISTRO, FOI DIGITADA ESTA ATA, QUE SERÁ POSTERIORMENTE APROVADA, ASSINADA E PUBLICADA.

#### SALA DA COMISSÃO, 04 DE OUTUBRO DE 2007.

#### DEPUTADA TERESA LEITÃO PRESIDENTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPUTADO **SOLDADO MOISÉS** (EFETIVO)  
DEPUTADO **ESMERALDO SANTOS** (SUPLENTE)

#### ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA REALIZADA EM SEIS DE DEZEMBRO DOIS MIL E SETE.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às dez horas, foi realizada reunião ordinária no Plenarinho II, Sala João Lyra Filho, localizado no quinto andar do anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, com objetivo de distribuir projetos de leis que enaltecem o desenvolvimento tecnológico de Pernambuco e de debater a Autonomia Universitária e Autonomia política-administrativa, em atendimento a solicitação da Deputada Isabel Cristina. O Presidente da Comissão de Ciências, Tecnologia e Informática, deputado Carlos Santana, presidiu a reunião contando com a presença dos deputados Airinho de Sá Carvalho, Esmeraldo Santos, Terezinha Nunes, João Fernando Coutinho, Doutora Nadege e Isabel Cristina. Iniciando, o deputado Carlos Santana saudou a todos os presentes e convidou para compor a mesa o Dr. Aristides Monteiro, secretário de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado; o Dr. Carlos Fernando Calado, reitor da Universidade de Pernambuco - UPE; Sra. Wanessa da Silva Gomes, presidente do Diretório Central de Estudantes da UPE; Professor Raliton Bezerra, presidente da Associação dos Docentes da UPE; e Sr. Flávio Bastos, presidente do Sindicato dos Servidores da UPE. Logo após, concedeu a oportunidade à assessora Maria Joseane Lopes de Amorim para realizar a leitura da ata da reunião anterior, que após lida e aprovada foi assinada pelos parlamentares presentes. Continuando o deputado Carlos Santana distribuiu o Projeto de Lei nº 316/2007, tendo como relator o deputado Esmeraldo Santos, o Projeto de Lei nº 388/2007, tendo como relatora deputada Terezinha Nunes, e o Projeto de Lei nº 415/07, tendo como relator o Deputado Airinho

de Sá Carvalho. Dando continuidade concedeu a palavra à deputada Isabel Cristina saudou todos os presentes e ressaltou a importância de debater a autonomia política-administrativa da UPE e que esta discussão é continuidade de um debate anterior e em seguida concedeu a oportunidade ao Professor Raliton Bezerra. O mesmo agradeceu a oportunidade e afirmou que a UPE é uma das maiores universidades do Brasil e importante não só para Pernambuco, mas para o nordeste, e ainda, informou que, após a autonomia da Universidade de São Paulo observa-se um aumento na qualidade, por isso disse advogar a autonomia da universidade, mas salientou que a autonomia não significa soberania, pois o projeto contempla um controle social, em que a sociedade seria consultada em relação às questões da universidade; e ainda ressaltou que a autonomia também propõe um programa político pedagógico da universidade e um plano de cargos, carreiras e vencimentos. E falou que deve ser criado mecanismo para que a universidade possa servir melhor a sociedade e com a autonomia poder patrocinar o ensino gratuito. Logo após, a Sra. Wanessa Gomes falou da importância do debate e retornou a questão da gratuidade da UPE, afirmando que exige a gratuidade da universidade porque é um direito dos alunos e obrigação do Estado, uma vez que é uma universidade pública, logo é responsabilidade do governo, e ainda enfatizou que o pagamento de mensalidade da Universidade fere a constituição, pois o ensino público deve ser ministrado com base na gratuidade em estabelecimentos oficiais. E ressaltou que a efetividade da gratuidade das mensalidades se dará através do projeto de lei de autonomia, e que esta gratuidade é questão de vontade política e não falta de verba. Logo após, fazendo uso da palavra, o Senhor Flávio Bastos afirmou que a universidade precisa de autonomia com financiamento, e que o governo de Pernambuco tem como fazer isso, já é feito em São Paulo e Paraíba, e além do mais terá um retorno social e o governo só financia a folha de pessoal. O custeio da universidade a cada ano está cada vez mais diminuído. O estado de Pernambuco é responsável pela educação e pela saúde. E enfatizou que todos querem universidade que tenha condição de trabalho e de material para que os profissionais possam desenvolver suas atividades com qualidade, e que é responsabilidade do Estado proporcionar que a universidade esteja ao alcance também da população carente. O Deputado Carlos Santana disse que o Secretário de Educação Danilo apresentou um bom programa de governo, e no primeiro ano de governo é realmente difícil, mas acredita que a situação vai melhorar e em seguida concedeu a oportunidade ao Professor Roberto Burkhardt, o mesmo saudou todos os presentes e afirmou que a discussão da autonomia da universidade deve ser de forma contextualizada, junto com o sistema de educação, com o governo e com o Estado. Enfatizou que a educação está em crise e que só haverá mudança, quando os professores enfrentarem o sistema que vem de fora e desqualifica nossa educação, e quando o Secretário receber as instituições para discutirem o assunto. O Deputado Carlos Santana registrou as presenças do pró-reitor de extensão e cultura da UPE – Professor Álvaro de Melo e do pró-reitor da Administração da UPE – Cláudio Neves; e em seguida concedeu a oportunidade ao Deputado João Fernando Coutinho. O deputado João Fernando Coutinho falou da necessidade da autonomia financeira - orçamentária e da importância de um novo processo de qualificação dos professores, de novas vagas e da democratização de acesso dos alunos, para que não precisem pagar as taxas administrativas. Ele ainda concordou que por ser uma instituição pública tem que ser gratuita, e depois enfatizou que neste ano foram reativados os ensinamentos profissionais do ETEPAM, da Escola Agrícola de Palmares, na Escola de Escada, na Escola Eurico Gaspar disponibilizando oferta significativa de novos cursos, e ainda, um incremento a FACEPE, e por isso afirmou que acredita que com a sensibilidade do nosso governador e com a participação de todos será criado um formato que garanta um melhor aparelhamento para a universidade de Pernambuco. E ainda falou que é preciso ampliar a oferta de curso para o interior do Estado e disse ser legítima a luta de todos, mas que acredita no melhor funcionamento da universidade de Pernambuco e que democraticamente será conseguida a autonomia tão desejada. Logo após, o Deputado Carlos Santana registrou a presença da deputada Nadege, da deputada Mirian Lacerda; do Assessor do Presidente da Agência Espacial Brasileira, Pedro Borges; do professor Belmiro Vasconcelos e da professora Auxiliadora e prosseguindo passou a palavra para o reitor da UPE, Dr. Carlos Calado. O reitor Carlos Calado cumprimentou a todos os presentes, e fez seguinte indagação: a UPE deve ser visto como um problema ou uma solução? E como resposta ele disse que quem quiser olhar a UPE como um problema vai encontrar um conjunto de dificuldades, que alimentarão o discurso da Universidade problema, mas quem olhar a Universidade como solução, encontrará também um conjunto de variáveis, de potencialidades mostrando que este caminho é possível de ser percebido e considerar que temos um sistema federal, estadual e municipal de ensino superior com três autarquias. Continuando, ressaltou que a UPE faz parte do sistema de educação do país, onde a lei de diretrizes básicas da educação interfere claramente em tudo; portanto não está isolado, logo todos fazem parte de um grande sistema. Ainda ressaltou que não se pode afastar da história que foi construída, e que a nossa história não foi positiva, mas espera que a história que venha a ser contada seja mais positiva, pois há boas expectativas, porque o secretário Dr. Aristides tem sido atencioso com a Universidade e extremamente correto nos encaminhamentos; colocou a universidade para tratar diretamente com a secretaria de saúde do Estado a questão dos hospitais, abriu a perspectiva para nos conversarmos com a secretaria da fazenda, do planejamento, da saúde, ou seja, assumindo uma boa postura. Continuando informou que a SECTMA quando estava sendo secretária pelo Dr. Cláudio Marinho instituiu uma comissão tirada do Conselho da Universidade, para discutir a gratuidade com a secretaria que transformou um foro ampliado, e esse foro ampliado começou a discutir uma agenda de gratuidade e autonomia, e que segundo o Dr. Cláudio Marinho a gratuidade não era aceita, porque era tratada como uma questão ideológica, e naquele momento o governo não aceitaria. E citou São Paulo e Paraíba como exemplos de sucesso de autonomia, e logo após, entregou cópia do projeto de autonomia ao Secretário Dr. Aristides Monteiro, enfatizando que os Estados em que as Instituições de Ensino Superior conseguiram autonomia, eles cresceram e o Estado apresentou melhor desempenho. E salientou que a universidade quer investimento para cumprir os desafios, e tem buscado os recursos, por exemplo, há uma emenda de bancada de 16.200 mil para fortalecer a interiorização da UPE, e se o governo federal não empenhar este dinheiro até o dia 31 de dezembro, não haverá dinheiro para aplicar em 2008. Seguindo, ele apresentou alguns dados referentes à execução orçamentária de 2006, enfatizando a distribuição do recurso que foi utilizado; e concluindo a sua fala, ele ressaltou que deve se acreditar na universidade solução. O deputados Carlos agradeceu as palavras do prof. Calado e passou a palavra a deputada Terezinha Nunes. A deputada Terezinha Nunes saudou a todas as autoridades presentes. E diz estar feliz

por poder discutir com o governo a autonomia da UPE e informou aos estudantes e professores que a atual administração não faz autonomia da UPE se não quiser, pois o Estado teve aumento na arrecadação de ICMS no ano passado, logo há recursos para fazer autonomia, e ainda, afirmou que o prof. Calado se equivocou quando disse que o secretário Dr. Cláudio Marinho tenha dito que o governo não faria a gratuidade da UPE por questão ideológica, já se deu à gratuidade para os estudantes das escolas públicas no ano passado, a universidade já tem gratuidade para os alunos oriundos das escolas públicas. Continuando, ela falou do governo federal enfatizando que não se pode colocar um hospital para funcionar e imediatamente receber recursos do SUS e que não houve irresponsabilidade no PROCAPE, pois mesmo com dificuldade os recursos estão chegando. Disse que acredita que o governo tem condições de conceder autonomia à Universidade, mas isso deve ser feito com muita responsabilidade discutindo para que não se tome um problema maior e que os recursos que a Universidade perder ou ganhar devem ser fiscalizados pela sociedade. Logo após a palavra foi concedida a Deputada Isabel Cristina, que iniciou sua fala parabenizando a palestra do Reitor, e disse de que não deve ter tempo para se discutir a educação, pois o tempo não é o tempo do governo, o tempo é todo aquele que se tenha para discutir a autonomia, ainda enfatizou que o governo passado perdeu a oportunidade histórica de promover a autonomia da UPE e priorizar a educação no Estado. Em seguida a palavra foi concedida ao Deputado Airinho de Sá Carvalho, que cumprimentou a todos e logo abordou que na gestão passada, de última hora, o governo passado inventou de expandir esses cursos pelo interior do Estado, inclusive em Salgueiro, chegou um curso nas vésperas das eleições, que não tinha sequer prédio para que os alunos pudessem estudar e sem nenhuma estrutura formada, mas o governador atual, de forma corajosa, deu toda a estrutura àqueles que prestaram vestibular e passaram, e logo após, ele parabenizou a iniciativa da Deputada Isabel Cristina e colocou-se à disposição para dialogar sobre o assunto em pauta. Em seguida o Deputado presidente justificou a ausência da deputada Tereza Leitão e passou a palavra ao Secretário Dr. Aristides Monteiro. O Dr. Aristides Monteiro cumprimentou a todos e reconheceu a importância do momento e desculpou-se por não ter comparecido ao debate anterior, logo após, falou sobre as diversas atribuições da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente, dentre elas, o ensino superior, a educação profissional, a discussão de política do meio ambiente do estado; e das dificuldades que tem enfrentado, tais como a UPE com problemas, dívidas com fornecedores e com atrasos consideráveis, a FACEPE bastante fragilizada, a ETEPAM com obras inacabadas, o início da construção do centro tecnológico em Serra Talhada e problema interno e orçamentário do ITEP. E depois informou que no caso da UPE, ela tem uma característica especial, pois já há uma certa autonomia, por exemplo, o reitor é eleito pela comunidade e a SECTMA não tem uma atuação direta, mas está aberto ao diálogo e tem visitado a UPE, ouvidos os professores e a comunidade. E desde então, tem trabalhado junto, quando os problemas aparecem. Em seguida fez alguns questionamentos, tais como: de que autonomia esta se falando, se é financeira, administrativa ou pedagógica? Alunos que tem uma renda melhor não poderiam contribuir com a universidade? E depois afirmou que o valor pago pelos alunos é simbólico e que numa sociedade tão desigual os alunos ricos poderiam pagar a taxa e depois questionou qual a contribuição que os alunos poderiam dar para a universidade na medida em que há gratuidade. Então ele ressaltou que no caso da autonomia da UPE, algo que deve ser discutido é entender dentro de uma configuração maior de entidades de ensino superior. E que o debate tem que a partir da universidade e a Secretaria de Ciência e Tecnologia estará junto nessa construção e que em nenhum momento vai ser dito que o secretário de ciência e tecnologia interveio no formato de autonomia da UPE. Dando continuidade o deputado Carlos Santana agradeceu e juntamente com a deputada Isabel Cristina fez o seguinte encaminhamento: retomar a discussão dentro de um fórum e desdobrar o assunto com alguns secretários e posteriormente com o Governador. E nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a presente reunião, e para constar, eu, Maria Joseane Lopes de Amorim, lavrei e digitei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente e demais membros desta comissão.

Recife, 20 de fevereiro de 2008

**Deputado Carlos Santana**  
**Presidente**

**Deputado Antônio Moraes**  
**Deputado Esmeraldo Santos**  
**Deputada Terezinha Nunes**

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA ÀS DEZ HORAS DO DIA VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E SETE.

AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, NO PLENARINHO III, ÀS DEZ HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DA DEPUTADA TERESA LEITÃO, REUNIRAM-SE OS DEPUTADOS ANTÔNIO MORAES (MEMBRO EFETIVO) E ESMERALDO SANTOS (MEMBRO SUPLENTE) PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS ESTÁGIOS. A DEPUTADA INICIOU AS ATIVIDADES INFORMANDO QUE ESTE TEMA É UMA DEMANDA APRESENTADA PELO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE) E POR ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO. CUJOS ESTUDANTES ESTAVAM PREOCUPADOS COM O CONTEÚDO DO PROCEDIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, ENQUANTO ESPAÇO EDUCATIVO. EM SEGUIDA, CONVIDOU PARA COMPOR A MESA OS REPRESENTANTES: PROFESSOR HELENO ARAÚJO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (SINTEPE), PROFESSORA CLEIDIMAR BARBOSA, DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO; PROFESSOR GERMANO COELHO, SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE); SRª MARIA INÊS SABINO, AUDITORA FISCAL DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO (DRT), NESTE ATO REPRESENTANDO O DELEGADO ANDRÉ LUZ NEGROMONTE; SR. JOÃO CAVALCANTI, ASSESSOR JURÍDICO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO (IPAD) E A SRª SANDRA CLAUDINO, COORDENADORA DE ESTÁGIO DO INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL). A DEPUTADA TAMBÉM FEZ REFERÊNCIA AOS DEMAIS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI),

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC), ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS (ASPAEPE) E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). LEMBROU QUE ESTA REUNIÃO TEM CARÁTER PROPOSITIVO E NÃO DELIBERATIVO, CUJA PRETENSÃO É DEBATER O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44/2007(QUE DISPÕE SOBRE ESTÁGIOS DE ESTUDANTES E ALTERA NORMA DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, A RESPEITO DE CONTRATO DE APRENDIZAGEM), JÁ COM AS ÚLTIMAS MODIFICAÇÕES. EM SEGUIDA, CONCEDEU A PALAVRA AO PROFESSOR GERMANO COELHO, QUE FEZ UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO NO BRASIL E, EM ESPECIAL, EM PERNAMBUCO. DE ACORDO COM O PROFESSOR, SOMENTE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEU ARTIGO 205, FOI CRIADA UMA CONCEPÇÃO NOVA DE EDUCAÇÃO. NESTE SENTIDO, QUESTIONOU: “A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ESTÁ PREPARANDO O POVO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA? A ESCOLA ESTÁ PREPARANDO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA? PARA O TRABALHO? QUAL A GRANDE VANTAGEM QUE PODEMOS PENSAR EM PROFISSIONALIZAR O JOVEM NO AMBIENTE DE TRABALHO? A LEGISLAÇÃO PARA TREINAR O ESTUDANTE NÃO EXISTE”. SEGUNDO O PROFESSOR, EM TODO O PAÍS SÃO 13 MILHÕES DE JOVENS, MAIORES DE 16 ANOS, APTOS A PRÁTICA DE ESTÁGIO, DOS QUAIS, 500 MIL ESTÃO ESTAGIANDO. EM PERNAMBUCO, NO ENSINO MÉDIO, NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR EXISTEM CERCA DE 623.900 JOVENS E, DESSE TOTAL, 13.659 ESTÃO INSERIDOS EM EMPRESAS, OU SEJA, EM CADA 100 ESTUDANTES, 2 TÊM ESTÁGIO. AINDA SEGUNDO O PROFESSOR, O ESTÁGIO NÃO É UM PROBLEMA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, É UM PROBLEMA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ISSO ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO. NA SEQUÊNCIA, A DEPUTADA TERESA LEITÃO PASSOU A PALAVRA AO SR. JOÃO CAVALCANTI QUE CONSIDEROU O PROJETO DE LEI COM ALGUMAS INOVAÇÕES, ENTRE AS QUAIS DESTACOU: 1) O ESTÁGIO SE APRESENTA COMO UMA FORMA DE COMPLEMENTO A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES; 2) É NECESSÁRIO HAVER SENSIBILIDADE POR TODOS OS ENTES (CONTRATANTES E CONTRATADOS) E DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS; 3) A PRÁTICA EFETIVA DA APRENDIZAGEM CIENTÍFICA É INDISPENSÁVEL PARA SUCESSO NA INSERÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO. 4) AVALIAÇÃO DO IMPACTO QUE A FIXAÇÃO DO PAGAMENTO DE FÉRIAS OU DE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO ESTAGIÁRIO, NA PRÁTICA, PARA A SRª SANDRA CLAUDINO É IMPRESCINDÍVEL UNIR ESFORÇOS EM TORNO DE UM MESMO PROPÓSITO. JÁ A SRª MARIA INÊS INFORMOU QUE A FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO ATUA EM TODOS OS LOCAIS ONDE OCORREM ESTÁGIOS, UMA VEZ QUE, GRANDE PARTE DELES, NÃO GARANTEM O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL PLENO DO ESTAGIÁRIO, SENDO ASSIM, O ESTÁGIO NÃO CRIA VÍNCULO DE EMPREGO. SEGUNDO A AUDITORA, EM 2006, A DRT DE PERNAMBUCO CRIOU UMA EQUIPE DE COMBATE A FRAUDE, DE TODO O TIPO, POR EXEMPLO, CONTRATO PRECÁRIO DE TRABALHO E ESTÁGIO IRREGULAR. TAMBÉM, A AUSÊNCIA DE SUPERVISÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO CONTRIBUI PARA IRREGULARIDADES. NO QUE SE REFERE À CARGA HORÁRIA PARA O ESTAGIÁRIO, O ESTÁGIO NÃO É BUSCA DE COMPLEMENTAÇÃO PARA A EMPRESA, MAS PARA A EDUCAÇÃO DO ESTUDANTE. COM RELAÇÃO AO RECESSO, A PROPOSTA INICIAL ERA DE 15 DIAS E COM AS MODIFICAÇÕES PASSOU A SER DE 30 DIAS. JÁ O LIMITE MÍNIMO DE 20% DE ESTAGIÁRIOS NO QUADRO DE EMPREGADOS DA EMPRESA DEVERIA SER NA SUA FUNÇÃO ESPECÍFICA E NÃO NO QUADRO TOTAL DE TRABALHADORES. OUTRO PONTO IMPORTANTE, DESTACADO PELA AUDITORA, É QUE A LEI ATUAL TORNA EXPRESSA A APLICAÇÃO DE TODAS AS NORMAS DE LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO AOS ESTAGIÁRIOS. EM SEGUIDA, A DEPUTADA TERESA LEITÃO ANUNCIOU A PRESENÇA DO COORDENADOR DE ESTÁGIO DA FACULDADE INTEGRADA DE PERNAMBUCO (FACIPE), PROFESSOR FÁBIO GUIMARÃES, DO COORDENADOR DE ESTÁGIO DA ESCOLA POLITÉCNICA DE PERNAMBUCO (POLI), PROFESSOR CLARCK GALVÃO E DOS REPRESENTANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS: ESCOLA SOARES DUTRA, SYLVIO RABELO, ESCOLA SIGISMUNDO GONÇALVES E ESCOLA ESCRITOR JOSÉ DE ALENCAR. CONTINUANDO, A PROFESSORA CLEIDIMAR BARBOSA ENFATIZOU QUE O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TEM UMA GRANDE PREOCUPAÇÃO COM A REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO, EM FUNÇÃO DAS DIFICULDADES NO CUMPRIMENTO DA NORMATIZAÇÃO E PROJETOS DE ESTÁGIOS QUE AS INSTITUIÇÕES APRESENTAM. JÁ O PROFESSOR HELENO ARAÚJO DESTACOU QUATRO PONTOS: 1) A CONCEPÇÃO DO ESTÁGIO; 2) OS DIREITOS; 3) AS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, FOCADAS NA JORNADA, NO TEMPO DE DURAÇÃO E COM O NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS NO LOCAL DE TRABALHO; 4) O GRANDE DESAFIO É MANTER ESTA MOBILIZAÇÃO PARA QUE A LEI SEJA IMPLEMENTADA, GARANTINDO O QUE ESTÁ POSTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE É A RESPONSABILIDADE COLETIVA PELA FORMAÇÃO BÁSICA E INTEGRAL DO SERES HUMANOS. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DOS REPRESENTANTES, A DEPUTADA TERESA LEITÃO RESSALVOU QUE A REFORMULAÇÃO DA LEI DO ESTÁGIO COMPÕE O ELENCO DAS PROPOSTAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE). EM SEGUIDA INICIOU O DEBATE, PASSANDO A PALAVRA AOS PRESENTES. PARA A REPRESENTANTE DO SENAI, SRª TERESA SANTOS, O ESTÁGIO É PARA O SENAI UMA PEÇA FUNDAMENTAL DO PROJETO PEDAGÓGICO; É OBRIGATÓRIO PELOS PLANOS DE CURSO E APROVADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. NO ENTANTO, EXISTEM ALGUMAS DIFICULDADES EM RELAÇÃO À OFERTA DE ESTÁGIO, PORQUE AS EMPRESAS NÃO OFERTAM VAGAS DE ESTÁGIO COMO PODERIAM. PARA MUDAR ESSA REALIDADE, TORNA-SE NECESSÁRIA A PERCEPÇÃO DO ESTÁGIO COMO UMA OPORTUNIDADE DE FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E PESSOAIS. PARA O PRESIDENTE DA ASPAEPE, SR.MANOEL SANTOS, O PROJETO DE LEI QUE ESTÁ EM TRAMITAÇÃO TRAZ OS SEGUINTES AVANÇOS: 1) CARGA HORÁRIA AMPLIADA PARA 6H; 2) A DISCUSSÃO DOS 30 DIAS DE FÉRIAS; 3) DETERMINAÇÃO DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA QUANDO O ESTAGIÁRIO ESTIVER EM HORÁRIO DE PROVAS, DE 6 PARA 3 HORAS. JÁ A SRª ZENEIDE OLIVEIRA, DA ESCOLA SYLVIO RABELO DESTACOU O ESTÁGIO EM CRECHE, ONDE AS PROFESSORANDAS TÊM QUE FAZER TODOS OS TIPOS DE

SERVIÇOS, ALÉM DE SOFRER COM CONSTANTES ATRASOS NO RECEBIMENTO DA BOLSA. A SRª DALVANI DE ARAÚJO, REPRESENTANTE DO SENAC, APRESENTOU A SUGESTÃO DE QUE O PERCENTUAL DE ESTAGIÁRIO ESTABELECIDO PELAS EMPRESAS DEVERIA SER FLEXÍVEL E PARA CADA FUNÇÃO, INDEPENDENTE DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS, COMO OCORRE ATUALMENTE. FINALIZANDO, A DEPUTADA TERESA LEITÃO INFORMOU QUE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROPORCIONARÁ FÓRUMS REGIONAIS, CUJO TEMA SERÁ SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. TAMBÉM DESTACOU QUE A RETIRADA DO ENSINO PROFISSIONAL DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA NÃO FOI POSITIVA, PRIMEIRO EM DECORRÊNCIA DA REPARTIÇÃO DE RECURSOS, SEGUNDO PORQUE PODE VIR A SEPARAR A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA GERAL NOVAMENTE. NESTE SENTIDO, O DEBATE ATUAL DO MEC VISA UMA NOVA ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL, SEM DEIXAR DE LADO A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO GERAL, MAS AGREGANDO TAMBÉM AS ESPECIFICIDADES DAS ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A SENHORA PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E TODAS E ENCERROU A AUDIÊNCIA. E, PARA QUE TUDO CONSTE EM REGISTRO, FOI DIGITADA ESTA ATA, QUE SERÁ POSTERIORMENTE APROVADA, ASSINADA E PUBLICADA.

SALA DA COMISSÃO, 29 DE NOVEMBRO DE 2007.

DEPUTADA **TERESA LEITÃO**  
PRESIDENTA

DEPUTADO **ANTÔNIO MORAES**  
Membro Efetivo

DEPUTADO **ESMERALDO SANTOS**  
Membro suplente

## Pronunciamentos

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO BRINGEL NA REUNIÃO DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008.**

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS PRESENTES.

VENHO NESTE PEQUENO EXPEDIENTE, REITERAR DOIS ASSUNTOS JÁ TRATADOS NESTE PLENÁRIO, MAS QUE ENTENDO QUE É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA. O PRIMEIRO É SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 415, QUE PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NAS RODOVIAS FEDERAIS DE TODO O PAÍS, E O SEGUNDO É SOBRE A PROIBIÇÃO DO JOGO DO BICHO NO ESTADO. PORTANTO, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, COM RELAÇÃO A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 415, QUE ENTROU EM VIGOR NO DIA 1º DE FEVEREIRO, VALE PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS QUE ESTEJAM NA FAIXA DE DOMÍNIO E TENHAM ACESSO DIRETO À RODOVIA. PARA OS ESTABELECIMENTOS QUE DESCUMPRIREM A NORMA, A MEDIDA DETERMINA A APLICAÇÃO DE MULTAS E ATÉ MESMO A SUSPENSÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A ESTRADA. PORTANTO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS, O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA FOI BASTANTE INFELIZ COM ESSA MEDIDA, PELO FATO QUE NA NOSSA REGIÃO NORDESTE, TODOS OS MUNICÍPIOS FORAM DESENVOLVIDOS ATRAVÉS DO COMÉRCIO EM TORNO DE SUAS RODOVIAS, OU SEJA, COM A GRANDE MAIORIA DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO NORDESTE, SÃO DE PEQUENO PORTE, NENHUM COMERCIANTE SOBREVIVERIA COM ESTABELECIMENTOS NO CENTRO DOS MUNICÍPIOS E SIM APENAS NO ENTORNO DAS RODOVIAS. É IMPORTANTE AFIRMAR, QUE A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS É UMA ATIVIDADE LÍCITA. A MEDIDA PROVISÓRIA 415/2008 VIOLA O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE INICIATIVA E DA LIVRE CONCORRÊNCIA. SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS, OUTRO ABSURDO DA MEDIDA PROVISÓRIA ESTÁ NA FORMA COMO DEVE SER FISCALIZADA ESTA MEDIDA. O ARTIGO 3º DA MESMA DIZ QUE CABERÁ A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) FISCALIZAR OS ESTABELECIMENTOS. OS SENHORES SÃO SABEDORES QUE A PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEU ARTIGO 144, DIZ QUE A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA ENTRAR EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PARA FISCALIZAR SUAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, E MUITO MENOS PARA APLICAR MULTAS. TAMBÉM CONSIDERAMOS INADMISSÍVEL QUE SE IMPEÇA A VENDA PARA MORADORES DAS CIDADES VIZINHAS A ESTRADA, QUE FREQUENTAM COSTUMEIRAMENTE ESSES ESTABELECIMENTOS.

PORTANTO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS, INFORMAMOS QUE EM TODAS AS MICRO-REGIÕES DO NOSSO ESTADO, ESTÃO SENDO AFETADAS, OU SEJA, OS DONOS DE BARES E RESTAURANTES ÀS MARGENS DAS RODOVIAS FEDERAIS ESTÃO DESESPERADOS COM A MEDIDA PROVISÓRIA, É UM PROBLEMA SOCIAL BASTANTE ELEVADO. É IMPORTANTE SALIENTAR, QUE DEVE SER PUNIDO NÃO O DONO DO ESTABELECIMENTO, E SIM O CONDUTOR DOS VEÍCULOS, CASO A MESMA DESCUMPRIR A LEGISLAÇÃO VIGENTE DO CONATRAN. E QUE A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, AUMENTE O SEU EFETIVO, FAÇA AQUISIÇÃO DE MAIS EQUIPAMENTOS DE BAFÔMETROS, PARA CONTROLAR AQUELES QUE NÃO CUMPREM AS NORMAS. BEM SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS, NO DIA 07 DE FEVEREIRO O GOVERNO ANUNCIOU MUDANÇAS NA MEDIDA PROVISÓRIA PARA CORRIGIR ERROS COMETIDOS NA FISCALIZAÇÃO DURANTE A OPERAÇÃO CARNAVAL. O SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA, SENHOR TASSO GENRO, ADMITIU QUE ALGUMAS ALTERAÇÕES PODEM SER REVISTAS. PORTANTO, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, VEJAM QUE O PRÓPRIO MINISTRO DA

JUSTIÇA RECONHECE O GRAVE ERRO DA MEDIDA, JÁ FALA EM REVER ALGUNS DE SEUS ARTIGOS, ENTÃO APROVEITO PARA FAZER GESTÃO JUNTO À MESA DIRETORA, BEM COMO FAZER UM APELO AO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO E AO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL, QUE OS MESMO SOLICITEM AO MINISTRO DA JUSTIÇA QUE REVEJA OS ARTIGOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 415/08, QUE TRATA DA PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NAS RODOVIAS FEDERAIS, PARA QUE NÃO TENHAMOS UM ALTO ÍNDICE DE DESEMPREGO NO PAÍS, PRINCIPALMENTE EM PERNAMBUCO. CONTUDO, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, É COM RELAÇÃO A PROIBIÇÃO DO JOGO DO BICHO NO ESTADO, TAMBÉM ENTENDO QUE É DE GRANDE RELEVÂNCIA, PORTANTO VERIFICAMOS ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE O ASSUNTO. É IMPORTANTE SEPARAR O JOGO DO BICHO (BARCA), DAS CASAS DE JOGOS ELETRÔNICOS COMO CAÇA NIQUEIS E OUTRAS MÁQUINAS DE JOGOS DE AZAR. PORTANTO, AQUELES PEQUENOS ESTABELECIMENTOS DE BANCAS PARA APOSTAS COMO O JOGO DO BICHO, NUNCA DEVERIA SER ENCERRADO, PELO FATO QUE NESTE SEGMENTO DE JOGO DE AZAR NÃO TEM TRÁFICOS, NÃO TEM QUADRILHA, PELO CONTRÁRIO, O QUE NÓS VEMOS É QUE EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO NOSSO ESTADO, PRINCIPALMENTE NO INTERIOR, ONDE ENCONTRAMOS DIVERSAS CASAS DE BANCAS, ESTIMULA A LIVRE CONVENIÊNCIA DOS CIDADÃOS DE FAZER SUA “FEZINHA”, OU NÃO, CONTUDO, NÃO FAZ MAL NENHUM A SOCIEDADE, TEMOS UM BOM ÍNDICE DE EMPREGOS DIRETOS E INDIETOS ENVOLVIDOS COM ESSA ATIVIDADE, E SERÁ UM ABSURDO A CONTINUIDADE DESSA PROIBIÇÃO.

BEM, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS, DEVEREMOS SIM, FAZER EMENDAS A LEI ATADUAL Nº 12.343/03, REGULADA PELO DECRETO Nº 30.064/06, EM QUE O GOVERNO DO ESTADO SE BASEIA PARA TENTAR MANTER COMO ATIVIDADE LEGAL. PELO MENOS PARTE DOS JOGOS DE AZAR, COMO TAMBÉM, REGULAMENTÁ-LAS, E FAZER COM QUE OS ÓRGÃOS FISCALIZADOS TENHAM NAS SUAS ATRIBUIÇÕES O MELHOR CONTROLE PARA ESTA ATIVIDADE. OUTROSSIM, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, QUANDO NAS REGIÕES CANAVIEIRAS, ESTÁ NA BAIXA, OU SEJA, NÃO ESTÁ MOENDO OS TRABALHADORES, CONSEGUI PASSAR A FAZER EM ATIVIDADES COMO CAMBISTAS DE BANCAS DE JOGO DE BICHO E REGIÕES COM OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS VARIÁVEIS, SEMPRE OS TRABALHADORES USAM ATIVIDADES DO JOGO PARA SUPORTAR A FASE DA BAIXA. NO ARAPIPE, TEMOS ALGUMAS BANCAS, QUE É O CASO DA BANCA DO SENHOR DINO JAQUES COELHO EM ARAPIPIA, O SENHOR QUE SEMPRE TRABALHOU NESSE RAMO, NÃO TEM NENHUMA PASSAGEM NA POLÍCIA, NA JUSTIÇA, PORQUE É O SEGMENTO DO JOGO QUE NÃO TEM NENHUM ENVOLVIMENTO COM CRIME. SÓ NA REGIÃO DO ARAPIPE O ÍNDICE DE PESSOAS QUE FICAM SEM JOGAR É DE 18.000.

PORTANTO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS, FAÇO UM APELO A MESA DIRETORA, PARA QUE POSSA ADEQUAR A LEI 12.343/03, PARA QUE SEPARAMOS MELHOR OS TIPOS DE JOGOS DE AZAR EXISTENTES, E SIM, QUE PROÍBA APENAS O SEGUIMENTO DO JOGO DO BICHO QUE DÁ CONDIÇÕES PARA O CRIME ORGANIZADO E O TRÁFICO.

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO BRINGEL NA REUNIÃO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2008.**

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E SENHORAS DEPUTADAS.

VENHO NESTE PEQUENO EXPEDIENTE FAZER UMA SOLICITAÇÃO À MESA DIRETORA: PARA QUE QUALQUER DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE QUALQUER PROJETO DE LEI, DESTE PODER OU DO PODER EXECUTIVO, SEJAM FEITAS SEMPRE NO FINAL DO GRANDE EXPEDIENTE. PORTANTO, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS E DEPUTADAS, DE ACORDO COM O REGULAMENTO DESTA CASA NO SEU ARTIGO 68, COMPETE AO PRESIDENTE DEFINIR A ORDEM DO DIA, CONTUDO, FAÇO ESTE APELO PARA QUE DEIXE SEMPRE PARA O FINAL DO GRANDE EXPEDIENTE TODA E QUALQUER VOTAÇÃO. TODAVIA, SE O SENHOR PRESIDENTE APROVAR NOSSA SOLICITAÇÃO, APROVEITAMOS PARA REINTERARMOS NOSSO PEDIDO FEITO NO ANO PASSADO DE 2007, QUE AS SESSÕES DAS QUINTAS-FEIRAS SEJAM EXECUTADAS PELO PERÍODO DA MANHÃ, PELO FATO DE ESTARMOS NO ANO QUE ACONTECERÃO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, E DEVEMOS ESTAR MAIS PRÓXIMOS DE NOSSAS BASES. MUITO OBRIGADO

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES NA REUNIÃO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**SEMANA NACIONAL CONTRA O ALCOOLISMO**

O álcool é a droga preferida dos brasileiros (68,7% do total), seguido pelo tabaco, maconha, cola, estimulantes, ansiolíticos, cocaína, xaropes e estimulantes, nesta ordem.

90% das internações em hospitais psiquiátricos por dependência de drogas, acontecem devido ao álcool.

Motoristas alcoolizados são responsáveis por 65% dos acidentes fatais em São Paulo.

O Brasil detém o primeiro lugar do mundo no consumo de destilados de cachaça e é o quinto maior produtor de cerveja da qual, só a Ambev, produz 35 milhões de garrafas por dia.

O alcoolismo é a terceira doença que mais mata no mundo. Além disso, causa 350 doenças (físicas e psiquiátricas) e torna dependentes da droga um de cada dez usuários de álcool.

O índice de câncer entre os bebedores é alarmante, quer por ação tóxica do próprio álcool sobre as mucosas, quer por conta dos aditivos químicos de ação cancerígena que entram no processo de fabricação das bebidas.

O alcoolismo não é moral, o alcoólatra não bebe por ser fraco de caráter, ele bebe porque está doente.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o alcoolismo é uma doença física, espiritual e mental. A medicina ainda não sabe porque algumas pessoas desenvolvem a dependência e outras não. Sabe-se que herança genética, personalidade e ambiente social também desencadeiam o problema.

O álcool é a porta de entrada para outras drogas e, a idade em que o adolescente começa a tomar álcool está cada vez menor, com a média atual em 13 anos.

O alcoolismo é uma doença crônica e progressiva, que mina o organismo, atacando todos os seus órgãos. O consumo global, expresso em g/kg peso corporal, multiplicado por anos de bebida, fornece um elemento preciso de previsão da incidência de cirrose hepática.

Para acabar com o vício, o usuário de álcool precisa ter consciência do problema que está enfrentando e o desejo de se livrar dele. Isso pode ser feito através da desintoxicação em Clínicas Especializadas e com o indispensável apoio e compreensão da família. Em geral, nosso fígado leva uma hora para processar 30 gramas de álcool (aproximadamente uma latinha de cerveja).

Cerca de 33 milhões de pessoas, ou 28% da população, ingere álcool em volume considerado excessivo – mais de cinco doses por vez para homens e mais de quatro para mulheres. E a cerveja é a bebida alcoólica mais consumida. Ela corresponde a 61% das doses ingeridas no País.

**Aumento do preço: álcool se comporta como qualquer outro produto sujeito às leis da oferta e da demanda, ou seja, uma diminuição do seu preço resulta em um aumento do consumo, e um aumento do preço leva a uma redução do consumo. Seguindo vários exemplos de municípios no mundo, como no Canadá e Paulínia - SP, onde estabelecimento de aumento de preço para a cerveja durante o carnaval no sambódromo municipal tem resultado em menores índices de ocorrências médicas e de violência.**

**Proibição parcial: A proibição total não é uma opção politicamente aceitável, mesmo se o potencial para reduzir problemas álcool-relacionados existir. Nos EUA, por exemplo, a proibição total fez com que o produto fosse consumido de forma desordenada no mercado negro. Mas proibições parciais tendem a ser efetivas, sem apresentar os efeitos colaterais da proibição total. Durante eventos como shows e campeonatos de futebol, há casos de sucesso no mundo inteiro com a permissão de venda apenas de bebidas de baixo teor alcoólico (2,5%) e em garrafas ou copos de plástico.**

**Regulamentação dos pontos de vendas: especificar o volume das doses (o volume médio da dose consistiu de 75ml, bastante acima do padrão internacional de 35ml); inibir promoções de descontos, como a venda a um preço menor durante a *happy hour*; exigir que o staff receba treinamento sobre como servir com responsabilidade; regulamentar o lay-out e os insumos do bar ou restaurante.**

**Nos EUA, a elevação da idade mínima dos 18 anos para os 21 anos reduziu consideravelmente a ocorrência de acidentes automobilísticos noturnos envolvendo jovens em 11% a 16%, independentemente da gravidade do acidente. Controle sobre quem está habilitado a vender bebidas alcoólicas: checagem dos antecedentes criminais; idade mínima para o vendedor de bebidas.**

**O governo pretende, por exemplo, capacitar professores, profissionais da saúde, firmar parcerias com municípios para ampliar o tratamento a dependentes, fiscalizar a venda, em especial às margens das BR's e também regulamentar a publicidade de bebidas alcoólicas.**

**Legislação não falta. O que precisamos é fiscalizar. Que a Semana Nacional de Combate ao Alcoolismo sirva para renovar nossas forças na luta contra esse mal.**

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE ITAÍBA VINCULADA A GERE/GARANHUNS**

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,

**VENHO A ESTA TRIBUNA HOJE PARA TRATAR DE UM TEMA RELATIVO A MINHA REGIÃO, MAIS ESPECIFICAMENTE, O MUNICÍPIO DE ITAÍBA NO VALE DE IPANEMA.**

**TRATA-SE NESTA OPORTUNIDADE DE FAZER UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, DANILO CABRAL E AO GERENTE REGIONAL DE EDUCAÇÃO/GARANHUNS, PAULO MANOEL LUIS, PELA INICIATIVA DE TRANSFERIR A ADMINISTRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA EDUCAÇÃO DE ITAÍBA PARA AS REGIONAIS DE GARANHUNS.**

TOMO ESTA INICIATIVA POR CONSIDERAR QUE A VINCULAÇÃO DE ITAÍBA A GARANHUNS É MAIS PRESENTE QUE ARCOVERDE, FACILITANDO A COMUNICAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ITAÍBA E A REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GARANHUNS, COM GANHOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO SETOR.

EM RAZÃO DISSO APROVEITO PARA FAZER APELO AO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS NO SENTIDO DE VINCULAR OS DEMAIS ÓRGÃOS DO ESTADO EM ITAÍBA ÀQUELA REGIONAL/GARANHUNS.

DO INTEIRO TEOR DESTE PRONUNCIAMENTO SOLICITO QUE SEJA DADO CONHECIMENTO AO GOVERNADOR DO ESTADO, EDUARDO CAMPOS, AO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, DANILO CABRAL, E AO GERENTE REGIONAL DE EDUCAÇÃO/GARANHUNS, PAULO MANOEL LINS.

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**PLEITO DE ESTRADAS NA REGIÃO DA COMUNIDADE NEGRAS, GIRAU E SALGADINHO.**

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS DEPUTADAS,  
SENHORES DEPUTADOS,

VENHO A ESTA TRIBUNA SOLICITAR AO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO, DR. EDUARDO CAMPOS E AO SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, DEPUTADO SEBASTIÃO

OLIVEIRA, PARA QUE SEJA IMPLANTADO PAVIMENTAÇÃO EM DOIS PEQUENOS TRECHOS DE ESTRADAS, SENDO UMA DELAS O PROLONGAMENTO DA ATUAL ESTRADA QUE SE ENCONTRA EM EXECUÇÃO LIGANDO ITAÍBA A MANARI, BENEFICIANDO OS DISTRITOS DE SALGADINHO E GIRAU, COM PERCURSO DE 5 KM. O SEGUNDO TRECHO, COM 8 KM, TRATA-SE DO PROLONGAMENTO DA ESTRADA EM CONSTRUÇÃO FAZENDO CHEGAR AO DISTRITO DE NEGRAS. SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, CONSIDERO DESNECESSÁRIO FALAR DA RELEVÂNCIA DA PAVIMENTAÇÃO DESSES TRECHOS, SOBRETUDO, PELA EXPRESSÃO POPULACIONAL QUE ESTAS LOCALIDADES ASSUMEM COM CERCA DE 2000 CASAS/8000 HABITANTES QUE AINDA ENCONTRAM-SE ISOLADAS.

É FORTE A PRODUÇÃO TRANSPORTÁVEL DE LEITE, MILHO E FEIJÃO TENDO EM VISTA QUE ESSES CENTROS SÃO PRODUTORES EXPRESSIVOS. DO TEOR DESTA PRONUNCIAMENTO SOLICITO QUE SEJA DADO CONHECIMENTO A COMUNIDADE DE ITAÍBA ATRAVÉS DE SEU PREFEITO, MARIVALDO BISPO DA SILVA, E AOS VEREADORES ATRAVÉS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÍBA, VEREADOR ARLINDO ANTÔNIO DA SILVA.

#### PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008.

Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas. Ocupo esta tribuna hoje para falar sobre um tema de fundamental importância para o desenvolvimento das cidades: a questão habitacional. As carências habitacionais são uma marca nacional e vivemos na região mais carente do Brasil quanto ‘a habitação. Diante desse ciclo de crescimento que ora inicia-se no nosso Estado e principalmente no eixo sul da região metropolitana do Recife, onde está inserido o município do Ipojuca, torna-se urgente ações voltadas para implantação de conjuntos habitacionais.

Em 2004, último ano da minha terceira gestão como prefeito do Ipojuca, Firmamos um convênio com a FADE/UFPE, onde foram concluídos os estudos de viabilidade e projetos básicos de arquitetura e engenharia para implantação de um conjunto habitacional para 402 famílias de baixa renda. A desapropriação de uma área de 16 hectares, pertencentes a Usina Trapiche, localizadas no Distrito de Camela, foi conduzida junto a direção da usina e os recursos para implantação das moradias seriam viabilizados através da Caixa Econômica Federal.

Nesse mesmo ano, concluímos um estudo de viabilidade para implantação de um Distrito Industrial localizado também no Distrito de Camela, visando assim, preparar um modelo de gestão para a implantação, no Ipojuca, de áreas de apoio aos micros e pequenos empreendimentos que estariam atrelados aos grandes projetos do complexo portuário de Suape. Esse estudo também foi realizado pela FADE/UFPE e todos custeados com recursos do tesouro Municipal. Minha maior preocupação é decorrente de que nada teve continuidade depois de 04 anos das primeiras ações. Ou seja, o tempo passou, hoje nós já estamos com as obras de terraplenagem da Refinaria bastante avançadas, gerando mais mil empregos diretos e indiretos e Ipojuca não iniciou suas ações para a implantação de conjuntos habitacionais. É preocupante o fato de que a Prefeitura além de não iniciar as ações efetivas, resolveu contratar uma consultoria para fazer um plano diretor para a habitação, quando já encontra-se em fase de aprovação na Câmara Municipal, o Plano Diretor Participativo do Ipojuca ou seja, estão querendo criar redundância sem dar início a uma questão de extrema relevância como a questão da habitação.

Gostaria de aproveitar o meu tempo nesta tribuna para falar de um outro assunto de extrema importância. Em 2003 desativamos o Matadouro de Nossa Senhora do Ó visto estar próximo ao balneário de Porto de Galinhas e tínhamos recebido orientações do Ministério Público para tomarmos providência como também desacelerar o fluxo de abate do matadouro da sede do município, intensificando o abate no Distrito de Camela. Paralelo a tudo isso, o Estado construiria o matadouro industrial no município em uma parceria com a Prefeitura, cabendo ao município entrar com o terreno e o estado com a obra. Foi desapropriada uma área da Usina Ipojuca, o convênio foi assinado, mas por motivo que não cabe a minha pessoa comentar, a obra não se concretizou.

Mas, Nobres colegas Deputados, para minha surpresa o terreno público onde seria construído o matadouro de Ipojuca encontra-se totalmente invadido sem que o poder público tome as devidas providências.

Todos nós sabemos que este ano temos eleições municipais, mas a Prefeitura não pode ser permissiva a tal ponto de deixar um bem público ser apropriado indevidamente. Portanto, nobres colegas, Ipojuca não pode mais ficar a disposição das vontades políticas daqueles que diante da responsabilidade do cargo que ocupam, não se empenham em querer assumir compromisso com sua gente e querer viver só de fantasia. É preciso que o verbo Trabalhar passe a fazer parte das cartilhas educacionais do meu Município. À todos, o meu muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2008.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Gostaria na tarde de hoje, trazer para esta Tribuna um fato noticiado na semana que passou de relevante interesse para a comunidade científica do nosso Estado. Foi anunciado pelo Governador, através da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, o resultado da primeira entrada da chamada pública para concessão de bolsas de pós-graduação para mestrado e doutorado, lançada em novembro de 2007.

Ao todo serão concedidas 330 bolsas, sendo 220 para projetos de mestrado e 110 para projetos de doutorado, Em julho deste ano serão oferecidas mais 100 bolsas. Os investimentos para

a concessão das bolsas é da ordem de R\$ 5 milhões que corresponde a 25% do orçamento da Facepe.

As áreas com maior apresentação e aprovação de projetos foram as de Ciências Humanas e sociais com 82 projetos. Este fato, resgata de forma muito positiva, a liderança que nosso Estado sempre teve na sua ativa comunidade científica, que fez com que em Pernambuco fosse criada a primeira fundação de C&T do nordeste.

Como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, faço questão de registrar esse fato relevante e também dizer que as ações da comissão para o ano de 2008 já estão em andamento e com diversas atividades programadas. Entre as atividades programadas, a Comissão irá conhecer as futuras instalações do CEFET em Ipojuca, que está com as obras atrasadas e esta Comissão irá atuar no sentido de acelerar o seu andamento, possibilitando o mais rápido possível iniciar a formação de novos técnicos para o mercado de trabalho. Outro assunto que será tratado no transcorrer deste período legislativo pela Comissão, será promover audiências públicas para debater a educação profissional e também para apresentar os programas para Escola da Agência Espacial Brasileira.

Portanto, Nobres colegas, encerro o meu pronunciamento ressaltando a minha satisfação pelos fatos citados e colocando a Comissão de C&T a disposição da comunidade científica para caminharmos juntos pelo desenvolvimento do nosso Estado.

#### PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA ELINA CARNEIRO NA REUNIÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Boa tarde!

É com enorme satisfação que ocupo hoje a Tribuna desta Casa Legislativa para informar que a Presidente da Associação das Parteiros de Jaboatão dos Guararapes, D. Maria dos Prazeres, foi uma das premiadas com o Diploma Mulher Cidadã - Bertha Lutz do Senado Federal.

O Diploma destina-se a agraciar mulheres que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero e a indicação pode ser feita à mesa do Senado por toda entidade, governamental ou não-governamental, de âmbito nacional.

Indiquei a vida e obra de D. Prazeres para esse prêmio por admirar a vida desta senhora humilde, que iniciou na profissão através da prática, e através do próprio esforço foi se profissionalizando e hoje, aos setenta e um anos é um exemplo à frente da Associação de parteiras de Jaboatão.

Assim, sinto-me orgulhosa e gratificada por esta indicação ter sido uma das cinco premiadas, e emocionada por Dona Prazeres, que acabou sendo também a única mulher do nordeste a receber a premiação este ano, sendo escolhida entre as 75 indicações realizadas para esta edição 2008. Essa senhora, doce, nordestina, pequeninha e humilde é uma mulher “empoderada”, que chefia a família e conquista a admiração e respeito de todos na comunidade e nos diversos ambientes em que trabalha. Venceu as desigualdades e fez a diferença transformando-se em mais uma batalhadora na luta das mulheres pelos seus direitos.

Filha e neta de parteiras tradicionais, começou a perseguir seu sonho desde cedo e já realizou mais de 5.000 partos sem nenhum óbito. Do 1º parto aos 48 anos de profissão, foram muitos os cursos realizados e as causas abraçadas em defesa da saúde da mulher e na luta pelo reconhecimento da classe. D. Prazeres foi uma das idealizadoras do programa Comadre da Secretaria de Saúde do Estado na época do Governo Arraes, um programa que tinha por finalidade orientar, através das parteiras, as mulheres a cuidar da saúde, principalmente quanto à importância do pré-natal, aleitamento materno e puerpério.

Hoje, ainda faz parte do *Mães da Pátria*, lutando muito pelo movimento de valorização das parteiras tradicionais. Uma luta justa. Afinal, elas realizam o parto humanizado e ainda podem ser a ponte para a educação das mães acerca dos seus direitos e dos direitos do recém-nascido, inclusive na regularização da cidadania, através da retirada de documentos.

Por isso, trago a esta Casa de Joaquim Nabuco, um pouco da sua história e peço a todos e a todas aqui presentes o aplauso para D. Prazeres, que junto com a Patrona do Feminismo Brasileiro, Rose Muraro; com a ex-Deputada federal e médica Jandira Feghali; a aeromoça Alice Klausz e a médica geneticista Mayana Zatz receberam no dia 11 de março o Prêmio do Senado Federal: o Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz. Obrigada!

#### PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ESMERALDO SANTOS NA REUNIÃO DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2008

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O motivo pelo qual venho hoje a esta tribuna é para me referir á divulgação pela TV Bandeirantes na noite de ontem sobre os Estados da Federação que remuneram melhor os professores da rede de ensino. Pernambuco, conforme o noticiado, ocupa a última posição, enquanto que Brasília é o Estado que melhor paga aos seus servidores dessa área, em segundo lugar o Rio de Janeiro e em terceiro o Estado de Sergipe. Sr. presidente, Srs. Deputados a televisão noticiou apenas a situação atual pelas quais passam esses profissionais, mas não relatou a origem desses resultados. No meu entendimento, aqui em Pernambuco o que originou nessa defasagem com relação a outras regiões do País, foi à má gestão da administração anterior que durante oito anos não fez os investimentos necessários no corpo docente responsável por nossas escolas. Esse quadro em que se encontra a educação do nosso Estado é consequência da administração passada que ao longo dos oito anos de Governo não procurou remunerar sistematicamente os professores da rede de ensino Estadual, nem tampouco oferecer salas de aulas dignas para as nossas crianças que serão o nosso futuro do amanhã. Pelo contrário deixou-as em péssimas condições de trabalho,

inclusive, várias escolas sem a mínima possibilidade de continuar funcionando, devido ao abandono e a falta de uma política voltada para uma educação de qualidade com perspectiva de um futuro promissor para o nosso Estado e o nosso País.

Estou fazendo este pequeno pronunciamento visando antecipar futuras e contraditórias colocações sobre o assunto. Pois, como sabemos, essa questão tem sido bastante debatida nesta Casa, inclusive com diversas cobranças ao Governo de Eduardo Campos por parte da oposição. Mas há de se convir Sr. presidente Srs. deputados, o governador Eduardo Campos, completou apenas um ano de Governo e somente nessa área da educação já fez muito, não o suficiente, mas o bastante para oferecer um pouco mais de conforto aos estudantes e aos professores com a recuperação de diversas escolas, além de estar se empenhando ao máximo para melhorar o salário não só dos professores mas de todo o pessoal da educação, pois acredito ui, essa é uma das principais metas do seu Governo.

Afinal quem é que não se lembra aqui o transtorno pelo qual os pais dessas crianças matriculadas passaram no ano passado, com as dificuldades para que seus filhos continuassem os estudos na rede pública de ensino Estadual, além do prejuizo que os estudantes tiveram nos seus estudos, por falta de escolas capazes de atender suas necessidades básicas escolares.

A meu ver em um ano de Governo não dá para recuperar tanto desgoverno no período de oito anos na área da educação, a pilastra mais forte para o desenvolvimento social e econômico de uma nação.

Por isso, vamos esperar, ter paciência e sobretudo confiar no trabalho sério e responsável do governador Eduardo Campos, para renovar as esperanças da educação pernambucana, bem como no progresso do nosso Estado, evidentemente, se não acontecer algum imprevisto na economia nacional. Deputado Esmeraldo Santos

#### PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DEPUTADO GUILHERME UCHÔA NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

#### ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO AO JORNALISTA EVALDO COSTA

Ao assumir a administração do Estado, o governador Eduardo Campos sabia da relevância da área de comunicação social em sua gestão. E não vacilou em entregar essa responsabilidade a um profissional da mais alta qualificação, o jornalista Evaldo Costa. Ciente dos desafios a serem enfrentados, Evaldo Costa demonstra competência, habilidade, talento no cumprimento de sua tarefa. Não poderia ser diferente, já que o trabalho e a capacidade desse profissional já foram demonstrados em outras ocasiões.

Jornalista com vasto currículo, assinalando passagens destacadas em jornais locais ou do Sudeste, como o Jornal do Brasil e a Agência Estado, do “Estadão”, Evaldo também atuou como professor da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), consultor do Jornal de Angola e recebeu, em 1993, o Prêmio Esso de Reportagem. O homenageado desta noite ainda presidiu o Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco por duas gestões.

Ao propor a concessão do Título de Cidadão de Pernambuco ao paraibano Evaldo Costa, o deputado João Fernando Coutinho reafirma o reconhecimento da sociedade pernambucana e deste Parlamento ao jornalista de São João do Cariri, que, há muito tempo, está completamente integrado ao nosso Estado. Parabéns Evaldo! Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

#### PARAIBANO EVALDO COSTA RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO PERNAMBUCANO

Senhor Presidente, Senhores(as) Deputados(as), Prezados(as) convidados(as):

Estava ainda no meu primeiro mandato quando conheci o jornalista Evaldo Costa. Foi uma sorte, pois pude contar com sua valiosa experiência num momento crucial em que dava meus primeiros passos na carreira política. Passamos algum tempo nos vendo esporadicamente devido aos compromissos dele numa consultoria para o Jornal de Angola, quando passou dois anos numa ponte Recife - África.

Na campanha seguinte ao Governo do Estado passamos a nos encontrar com frequência e logo me chamou atenção o dinamismo e empenho naquela eleição vitoriosa ao lado do então candidato Eduardo Campos.

Andamos bastante por este Pernambuco e foi então que percebi o tamanho do conhecimento de Evaldo Costa sobre a realidade social, econômica, cultural e política de nosso Estado.

Veio daí minha surpresa ao saber que Evaldo não era pernambucano de nascença, mas paraibano nascido em São João do Cariri e que chegara ao nosso estado aos 10 anos de idade, em 1966.

Não foram poucas às vezes que Evaldo Costa teve oportunidade de mudar de Pernambuco, mas como ele mesmo diz “foi uma paixão tão radical por esta terra, que me impiediu de sair daqui e ir viver em outro lugar. Talvez a adesão à cultura, ao ambiente político, ao modo de ser pernambucano”. Este modo de ser foi adquirido naturalmente, ao longo desses quarenta e dois anos, e o maior indicativo desta característica é o fato de muita gente nessas duas últimas semanas, ao saber que ele iria receber o Título de Cidadão Pernambucano, ter se dirigido a ele estranhando que não fosse pernambucano. Como se, de tão pernambucano, a ninguém passasse pela cabeça a idéia de que tivesse nascido em outro lugar.

Em Pernambuco, Evaldo Costa iniciou sua trajetória profissional no Jornalismo, na UNICAP, em 1977 e como estagiário começou no Jornal do Commercio como repórter do saudoso editor de Esportes, Sílvio Oliveira, onde passou quatro anos. Depois vai atuar nas sucursais do Estado de São Paulo e do Jornal do Brasil quando retorna ao Jornal do Commercio, em 1988, a convite do editor Ivanildo Sampaio.

A chefia de reportagem do Jornal do Commercio possibilitou a Evaldo trabalhar pelo soerguimento da economia e pelo fortalecimento dos valores da cidadania pernambucana. Sempre atento aos movimentos sociais abriu espaços para que as lutas pelos direitos fossem ampliadas, fazendo jus à função social do Jornalismo.

Entre os prêmios deste período destaca-se o ESSO Regional de 1993, trabalho que não apenas resgatou um conjunto importante de informações, como idealizou um debate sobre o que o Estado deveria implementar para crescer economicamente e oferecer qualidade de vida à população, ouvindo todos os ex-governadores, economistas, enfim, as forças vivas da sociedade.

Ao deixar o Jornal do Commercio, em 1995, Evaldo Costa conseguiria uma nova e importante fase em sua vida ao lado do Governador Miguel Arraes e do então secretário de Governo, Eduardo Campos. Na terceira gestão à frente de Pernambuco, Doutor Arraes o convida para assumir a Presidência da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), onde passa três anos.

Entre as realizações na CEPE, a mais importante delas certamente está a realização da primeira Bienal do Livro no Recife. No Brasil, até o ano de 1997, havia feiras de livro em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e em Fortaleza, mas não havia no Recife.

Quando Evaldo Costa pediu ao doutor Arraes apoio para realizar este evento, mostrando sua importância para o Estado, o Governador lhe perguntou se era possível realizar a Bienal ainda naquele ano. “Com toda a certeza”, garantiu Evaldo. E foi para São Paulo acompanhar a Feira do Livro, aprender e fazer os contatos para trazê-la a Pernambuco.

Foi assim que a maior feira de livros do país chegou ao Recife, através de nosso homenageado nesta Casa. Ainda hoje o mercado editorial pernambucano reconhece a importância daquele gesto pioneiro.

De sua passagem pela presidência da CEPE, Evaldo carrega ainda o orgulho de ter feito com que a empresa fosse a primeira a ter o Diário Oficial publicado na Internet, no ano de 1996.

Com o destaque obtido, Evaldo foi eleito vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensas Oficiais, órgão que congrega todas as instituições do gênero no Brasil e, em 1997, assumiu a Secretaria de Imprensa do doutor Arraes, onde permaneceu até o final do Governo.

Em 2006, viria coordenar a vitoriosa campanha do Governador Eduardo Campos, seu líder e amigo, e assume no ano seguinte a Secretaria de Imprensa.

A esta trajetória profissional e pessoal, a esta paixão por Pernambuco, à felicidade ao lado da esposa Nadya e dos filhos Tomás, Lígia e Thales e aos valores éticos, sociais e políticos agrega-se agora este Título de Cidadão Pernambucano.

Sabemos, porém, que o Título é apenas uma gentileza para este querido amigo, porque no coração e na mente do paraibano Evaldo Costa há muito que Pernambuco é o seu lugar de fato e de direito.

#### PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA MIRIAM LACERDA NA REUNIÃO DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2008.

#### O DIA DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, É com imensa satisfação que venho registrar a importância do dia 24 de fevereiro, ontem, para nós, mulheres brasileiras: DIA DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL.

Obviamente que, como toda conquista das mulheres, esta também não foi nada fácil. Este movimento que influenciou a luta feminina em todo o mundo, começou nos Estados Unidos, ainda no século XIX, mais precisamente em 1851, quando as norte-americanas se engajaram na abolição da escravatura. A idéia inicial era que também fosse aprovada uma emenda que desse o direito de voto às mulheres, o que não conseguiu. Só em 1869, o então território do Wyoming foi o pioneiro a conceder o direito de voto à mulher. Posteriormente, mais três estados do oeste americano também seguiram o exemplo. Quando o Wyoming foi elevado aa categoria de estado em 1890, a União insistiu que esta conquista fosse abolida, mas o Congresso local respondeu que “preferia retardar em 100 anos a sua entrada para a União a sacrificar os direitos políticos da mulher”. Só em 1919, o Congresso dos Estados Unidos aprovou, e ratificou em 1920 a Emenda 19 à Constituição, a qual proibiu a discriminação política com base no sexo.

Dessa forma, o primeiro país do mundo a conceder o direito de votos à mulher foi a Nova Zelândia no ano 1893; já na Austrália, este direito foi concedido em 1902. Na Europa, o país pioneiro foi a Finlândia, em 1906. Na Inglaterra, só em 1918 foi dado o direito às mulheres inglesas com mais de 30 anos.

Na América Latina, o primeiro país que concedeu o voto às mulheres foi o Equador, em 1929. Na Argentina, só após a posse de Juan Domingo Perón, sua esposa Evita se empenhou nesta luta, conseguindo a aprovação pelo Congresso em 1947. Foi a consagração de Eva Perón.

No Brasil, ao contrário de outros países, o movimento pelo voto feminino partiu de um homem, o constituinte, médico e intelectual baiano César Zama que, em sessão de 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, defendeu o sufrágio universal, a fim de que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país. No ano seguinte, outro constituinte, Almeida Nogueira, defendeu a participação das mulheres como eleitoras em 1891.

Entretanto, os inimigos desta idéia eram em maior número e muito fortes. Dessa forma, o Brasil perdeu a chance de ser o primeiro país do mundo a conceder o direito de voto à mulher, pois a Nova Zelândia saiu na frente, em 1893. Em anos subsequentes, outros parlamentares deram entrada em emendas que foram derrotadas. Em fins de 1927, o então presidente Washington Luís, em conversa no Palácio do Catete, manifestou-se a favor do voto feminino. O presidente da Comissão de Justiça do Senado, Adolpho Gordo, localizou no arquivo o antigo Projeto de Lei nº 102 e o colocou em pauta novamente. Mas, houve muito movimento contra, tendo as mulheres que esperar mais alguns anos para exercerem o seu direito.

Com o advento da Revolução de 30, as líderes feministas da época deram mais força ao movimento. Então, o Presidente Getúlio Vargas, resolveu simplificar e todas as restrições às mulheres foram suprimidas. Através do Decreto nº 21.076, em 24 de fevereiro de 1932, foi instituído o Código Eleitoral Brasileiro, e o artigo 2 disciplinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código. Entretanto, nas disposições transitórias do referido decreto, o artigo 121 dispunha que os homens com mais de 60 anos e as mulheres em qualquer idade podiam se isentar de votar, ou seja, o voto feminino não era obrigatório. A luta continuou e temos dois nomes especiais a citar: a líder feminista, advogada e bióloga Bertha Lutz e Nathércia da Cunha Silveira, as quais levaram ao Presidente Vargas, em junho de 1932, um memorial com mais de 5000 assinaturas que pleiteavam que elas fossem participantes da elaboração do anteprojeto da nova Constituição Brasileira.

Em 03 de maio de 1933, na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez em âmbito nacional, votaria e seria votada, e caberia à médica paulista Carlota Pereira de Queiroz ser a primeira deputada brasileira. Já Bertha Lutz, foi a 2ª deputada brasileira, em 1934, ano da promulgação da nova Constituição brasileira, que diminuiu a idade mínima para o voto para 18 anos, sendo mantida até a Constituição de 1988, quando foi facultado o voto para os maiores de 16 anos.

Finalmente, cabe lembrar que a nossa legislação eleitoral vigente garante às mulheres brasileira a participação efetiva nas eleições, obrigando os partidos políticos a apresentarem em suas chapas proporcionais a cota mínima de 30% de candidatas.

A conquista do voto feminino foi fruto de muita luta e coragem, de mulheres e homens admiráveis. E neste terceiro milênio, faz-se imprescindível à ampliação da efetiva participação das mulheres em todos os âmbitos, não só como eleitoras, mas, especialmente, como ocupantes eleitas de todos os cargos. Já está provado que nós, mulheres, acima da média dos homens, sabemos tratar com responsabilidade e amor a coisa pública e hoje registramos uma data especial, símbolo da luta pelos nossos plenos direitos. Muito obrigada.

**PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA MIRIAM LACERDA NA REUNIÃO DO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2008.**

#### INICIATIVA DE CARUARU FAZER UM SÃO JOÃO AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

São João de Caruaru, carbono zero. Esta é a mais nova face do maior evento brasileiro do ciclo junino, anunciada, ontem, pelo Prefeito Tony Gel.

É uma iniciativa inovadora, como inovadora e ousada tem sido a gestão do atual Prefeito de Caruaru, amplamente reconhecida e aprovada pela população do Município. A festa caruaruense é um evento admirável.

Reflete o que há de mais belo e genuíno da cultura regional; proporciona uma oportunidade singular para que as pessoas possam ter uma renda adicional durante o período; mobiliza, ao longo de trinta dias de festas e folguedos, cerca de um milhão e meio de pessoas, inclusive, um fluxo expressivo de turistas que vão conhecer as nossas tradições, curtir a alegria espontânea do evento e movimentar a economia da região. Com o anúncio de ontem, o São João de Caruaru torna-se uma festa ambientalmente sustentável.

Como é do conhecimento de todos, um dos maiores desafios da humanidade é neutralizar as emissões de gases do efeito estufa, gases que têm contribuído, segundo abalizados estudos, para o agravamento do aquecimento global, colocando em risco o futuro da vida no planeta.

A situação chegou a um ponto tão crítico que é chegada a hora (se é que já não passou) de colocar em prática dois princípios básicos que norteiam as ações concretas em benefício do meio ambiente: o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e o princípio do pensar global e agir local.

O primeiro princípio estabelece a regra geral de que todos têm responsabilidades em relação à integridade do meio ambiente como um bem universal e que esta responsabilidade se diferencia na medida dos riscos potenciais e da efetiva degradação provocada por cada agente poluidor.

O segundo princípio é o mantra do ambientalismo: a questão ambiental tem uma dimensão global, ocupa a agenda internacional, porém seu equacionamento depende das ações locais que protejam o patrimônio natural.

Foi exatamente o que fez o Prefeito Tony Gel: assumiu as responsabilidades pela emissão dos Gases do Efeito Estufa resultante da festa de São João e adotou medidas, empreendeu a ação local concreta que estava ao seu alcance para neutralizar as emissões dos referidos gases.

Neste sentido, o Prefeito, utilizando a capacidade técnica da empresa paulista Key Associados, em parceria com a organização pernambucana Instituto de Estudos e Monitoramento de Impactos Ambientais – MONITORE, firmou um protocolo de entendimento que, seguindo o que prescreve a ISO 14.060, quantificará o volume das emissões e definirá o plantio de mudas suficientes para, no prazo de cinco anos, compensar e neutralizar o carbono a ser produzido pelo evento.

Aliás, é importante ressaltar que a ação se soma ao conjunto de realizações do Prefeito Tony Gel na área de meio ambiente, desde o início do seu 1º mandato, em 2001, entre as quais cabe destacar: o pioneirismo do aterro sanitário de Caruaru, a Sala Verde, a arborização urbana, o fundo sócio-ambiental, o programa de saneamento básico. Não esquecendo da construção da Agenda 21 de Caruaru, que norteia todas as ações sócio-ambientais; a implantação da sala Verde, a criação do Fundo Sócio-ambiental de Caruaru, bem como os projetos “Lavar sem sujar” (lavanderias) e “Plantar é Viver Melhor” (arborizar urbana).

Desta feita, a vanguarda do Prefeito contempla o que há de mais atual e crítico no mundo contemporâneo: a preservação dos recursos naturais, neutralizando os Gases do Efeito Estufa mediante o plantio adequado de árvores. E assim fazendo, os caruaruenses, os pernambucanos podem dizer, em alto e bom som, que o nosso São João é uma festa de carbono zero nota dez.

Muito obrigada.

**PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO SEBASTIÃO RUFINO NA REUNIÃO DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**SOBRE PROIBIÇÃO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS NAS RODOVIAS FEDERAIS**

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORAS DEPUTADAS, SENHORES DEPUTADOS,

VOLTO A ESTA TRIBUNA PARA FALAR SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO DECRETO QUE VETOU A VENDA DE BEBIDAS ALCÓOLICAS ÀS MARGENS DAS BR’S. NÃO PODEMOS ESQUECER ESTA QUESTÃO QUE TANTOS PREJUÍZOS ESTÁ TRAZENDO AOS COMERCIANTES E AOS MUNICÍPIOS CORTADOS POR ESTAS ESTRADAS.

O MINISTRO DA JUSTIÇA, TARSO GENRO, RECEBEU A COMISSÃO PERNAMBUCANA FORMADA POR PREFEITOS E POLÍTICOS DA TERRA, A QUEM ADMITIU FLEXIBILIZAR A MEDIDA EM ÁREAS URBANAS. A OAB TAMBÉM ESTÁ ENGAJADA NA SOLUÇÃO URGENTE DO PROBLEMA E A POPULAÇÃO VEM PROTESTANDO, COMO PODE, PARA SER OUVIDA E ACATADA SUA REIVINDICAÇÃO.

É UM ABSURDO O QUE ESTÁ ACONTECENDO: COMERCIANTES FECHANDO AS PORTAS DOS ESTABELECIMENTOS E DEMITINDO FUNCIONÁRIOS, PRINCIPALMENTE NUMA ÉPOCA DESTA, ONDE O DESEMPREGO VEM AUMENTANDO, A CADA DIA.

A LEI SECA ESTÁ PREJUDICANDO À NOSSA REGIÃO. EM BREVE CHEGARÃO OS PERÍODOS DA SEMANA SANTA E DO SÃO JOÃO, QUANDO OS MUNICÍPIOS ESPERAM A VISITA DE UM NÚMERO GRANDE DE TURISTAS. O DECRETO VEM INIBINDO NOVAS CONTRATAÇÕES E ESTIMULANDO AS DEMISSÕES DE PESSOAL, EM VIRTUDE DA QUEDA NO MOVIMENTO.

PORTANTO, A QUESTÃO TEM QUE SER RESOLVIDA DE IMEDIATO E NÃO FICAR A MERCÊ DE UM FUTURO ESTUDO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA OU DE QUALQUER OUTRO ÓRGÃO DO GOVERNO FEDERAL. DA MANEIRA COMO TOMARAM UMA DECISÃO TÃO ESTAPAFÚRDIA E RÁPIDA, VÃO TER QUE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO, ANTES QUE AS CONSEQUÊNCIAS SEJAM DESASTROSAS PARA A POPULAÇÃO E PARA O ESTADO.

RESSALTO AQUI, MEUS COMPANHEIROS, A CORAGEM E A DETERMINAÇÃO DA EXCELENTÍSSIMA JUÍZA DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA, DA OITAVA VARA FEDERAL, EM PETROLINA, NA DECISÃO PROFERIDA EM FAVOR DE DOIS BARES LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, QUE COMERCIALIZAM BEBIDAS ALCÓOLICAS ÀS MARGENS DA BR – 428.

PORTANTO, A MAGISTRADA MERECE NOSSOS APLAUSOS E NOSSOS PARABÉNS. O SEU ENTENDIMENTO RESSALTA O TRATAMENTO DESIGUAL QUE O DECRETO FEDERAL ADOTA ENTRE OS COMERCIANTES LOCALIZADOS NAS BR’S E OS QUE POSSUEM ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM OS MESMOS PRODUTOS FORA DA FAIXA DE DOMÍNIO DAS RODOVIAS. ACONTECE QUE O GOVERNO FEDERAL QUER SE EXIMIR DE SUA RESPONSABILIDADE CONSTITUCIONAL E JOGAR NOS OMBROS DA SOCIEDADE A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NAS ESTRADAS BRASILEIRAS.

É DO GOVERNO A INTEIRA RESPONSABILIDADE DE FISCALIZAR E COIBIR COM MULTAS E AUTUAÇÕES O EXAGERO DE MOTORISTAS IMPRUDENTES.

SE NÃO TEM UM GRANDE EFETIVO DE POLICIAIS RODOVIÁRIOS PARA FISCALIZAR AS ESTRADAS, AUMENTE O NÚMERO DE POLICIAIS; REMUNERE MELHOR SEUS FUNCIONÁRIOS; AJUDE OS GOVERNOS ESTADUAIS A ADQUIRIREM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS À FISCALIZAÇÃO; E INSTITUA MULTAS MAIS PESADAS.

TODOS SE LEMBRAM DE QUANDO FOI IMPLANTADO O USO DO CINTO DE SEGURANÇA. AS AUTORIDADES TIVERAM A PREOCUPAÇÃO DE VEICULAR CAMPANHA PUBLICITÁRIA E DE INSTITUIR MULTA ALTA PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO CINTO. O RESULTADO FOI UMA POPULAÇÃO OBEDIENTE, PREOCUPADA COM A SEGURANÇA, CUMPRINDO, FIELMENTE, AS DETERMINAÇÕES.

É DO GOVERNO FEDERAL ESTA COMPETÊNCIA E NÃO DA SOCIEDADE. ALÉM DO MAIS, ENCONTROU UMA SOLUÇÃO MUITO CÔMODA E RÁPIDA: SE ESCONDER, COMO SE A RESPONSABILIDADE NÃO FOSSE DELE. MAS, O PREJUÍZO SOCIAL É ENORME. IMPÕE UM ÔNUS MUITO ALTO PARA O TRABALHADOR DO COMÉRCIO, ESPECIALMENTE AOS MAIS HUMILDES, COMO OS GARÇONS, COZINHEIROS, AUXILIARES, QUE ESTÃO PERDENDO O EMPREGO POR CAUSA DE UMA DECISÃO DESASTROSA.

NÃO SE PODE, NEM SE DEVE PUNIR OS COMERCIANTES. ELES ESTÃO TRABALHANDO, SUSTENTANDO SUAS FAMÍLIAS. NÃO PODEM PAGAR PELOS ERROS DOS OUTROS.

POR QUE NÃO COMEÇAR A RESOLVER ESTA SITUAÇÃO, APLICANDO AOS MOTORISTAS IMPRUDENTES E IRRESPONSÁVEIS, A MULTA DECRETADA NO VALOR DE HUM MIL E QUINHENTOS REAIS? ALÉM, É CLARO, DE APREENSÃO DA CARTEIRA E DO VEÍCULO. NO MEU ENTENDER O GOVERNO DEVE CONSERTAR AS ESTRADAS; E MODERNIZAR, EQUIPAR E AUMENTAR O EFETIVO POLICIAL NAS RODOVIAS. PORQUE SEM INVESTIMENTOS NÃO HÁ SEGURANÇA, NÃO EXISTEM BOAS ESTRADAS E NÃO SE COMBATE A CORRUPÇÃO NAS NOSSAS RODOVIAS.

A MEDIDA IMPOSTA PELO DECRETO FEDERAL É PALIATIVA, NÃO VAI RESOLVER O PROBLEMA. AO CONTRÁRIO, JÁ ESTÁ CAUSANDO GRANDE CONFUSÃO E UM PROBLEMA MAIOR PARA AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS. O QUE PRECISA SER FEITO É CONSCIENTIZAR AS PESSOAS. PORQUE, QUEM QUER BEBER NÃO PRECISA SOMENTE DOS BARES E RESTAURANTES DAS MARGENS DAS ESTRADAS. BEBE EM CASA, NO CARRO OU EM BARES DENTRO DAS CIDADES. ESTE DECRETO NÃO VAI IMPEDIR NADA. A ÚNICA COISA QUE TRARÁ É PREJUÍZO E DESEMPREGO.

FOI UMA DECISÃO INSANA. NÃO LEVOU EM CONTA O TRANSTORNO QUE CAUSARIA, PRINCIPALMENTE NAS CIDADES-PÓLO OU TURÍSTICAS QUE POSSUEM HOTÉIS, Pousadas, Restaurantes, Lanchonetes,

SUPERMERCADOS, POSTOS DE GASOLINA E LOJAS DE CONVENIÊNCIA INSTALADOS ÀS MARGENS DAS RODOVIAS. CONCLAMO, MAIS UMA VEZ A TODOS OS MEUS COMPANHEIROS DESTA CASA, QUE NESTA TRIBUNA JÁ SE PRONUNCIARAM, PARA CONTINUAR A LUTA EM FAVOR DA POPULAÇÃO PREJUDICADA POR ESTA DECISÃO ARBITRÁRIA. A FINALIDADE PÚBLICA, RESSALTO, É CUIDAR DAS PESSOAS, DAS CIDADES E DO PAÍS, COM RESPONSABILIDADE, ZELO E SEGURANÇA. MUITO OBRIGADO.

**PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADATERESA LEITÃO NA REUNIÃO DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**Bolsa Família não teve uso eleitoral**

**Na semana passada fiz uso da tribuna para repercutir o êxito do Programa Bolsa Família no cenário internacional, avaliado como um dos programas federais que contribuiu para a taxa de crescimento no nordeste, acima da média nacional e ajudou a diminuir a desigualdade de renda no Brasil.**

**Hoje também vou comentar outra notícia sobre o Bolsa Família, amplamente divulgada nos meios de comunicação, porém, ignorada solenemente por uma oposição que não tem compromissos com o fim da desigualdade social e a pobreza em nosso país.**

**Após sofrer acusações de explorar os benefícios do Bolsa Família durante a campanha à reeleição em 2006, o Presidente Lula pode agora reafirmar que as acusações eram levianas e irresponsáveis.**

**O relatório de acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que o governo federal não fez uso eleitoral do Programa Bolsa Família em 2006. “No plano nacional, não há evidências de favorecimento a partido político nem descumprimento de normas relativas à execução orçamentária e financeira no processo de expansão do programa que pudessem caracterizar desvio de finalidade para utilização do programa visando fins eleitorais”.**

**“O percentual de cobertura e o número de benefícios do programa nos municípios administrados pelos quatro maiores partidos políticos brasileiros não apresentaram diferenças significativas”. O relatório mostra que nos estados governados por petistas a cobertura do programa atingiu 104,7% da meta em 2006. O índice é um pouco maior do que nos estados governados pelo PSDB (102,3%) e pelo PFL (101,8%). O tribunal elogiou ainda, o fato do governo federal ter retirado seus símbolos do material de cadastramento durante a eleição.**

**Estas últimas notícias são mais uma prova do compromisso desse governo com o fim do clientelismo e do patrimonialismo, que durante tantos séculos predominou na política brasileira e impediu a construção de um Estado Democrático em nosso país. Que a justiça seja feita com o governo Lula!**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA E COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA ÀS DEZ HORAS DO DIA DEZ DE OUTUBRO DE DOIS MIL E SETE.**

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, NO PLENARINHO III, ÀS DEZ HORAS, REUNIRAM-SE O (A)S DEPUTADO(A)S **TERESA LEITÃO**, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, **MAVIAEL CAVALCANTI**, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, **EDUARDO PORTO**, **ESMERALDO SANTOS** E **SOLDADO MOISÉS** (MEMBROS EFETIVOS), PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, A DEPUTADA TERESA LEITÃO INICIOU OS TRABALHOS CONVIDANDO PARA COMPOR A MESA O REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E DA PATRULHA ESCOLAR, MAJOR SÉRGIO RODRIGUES, A PROFESSORA CLEIDIMAR BARBOSA DOS SANTOS, DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE), O SENHOR MANOEL SANTOS, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ASPAPE) E O SENHOR ROGÉRIO BARATA, MEMBRO DO CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. ANUNCIOU TAMBÉM OS SEGUINTES CONVIDADOS: PROFESSORA MARY CAVALCANTE, DIRETORA DA ESCOLA AGAMENON MAGALHÃES, CLEUSILDA MARIA DO NASCIMENTO, DIRETORA DA ESCOLA PIO XII, ANA MARLUCE RODRIGUES TEIXEIRA, DIRETORA DA ESCOLA JOAQUIM RIBEIRO DA ROCHA, ALÉM DE REPRESENTANTES DA ESCOLA PRESIDENTE KENNEDY E DA ESCOLA ARCO ÍRIS. EM SEGUIDA, INFORMOU QUE O TEMA DESTA AUDIÊNCIA SURTIU QUANDO A COMISSÃO DE JUSTIÇA REJEITOU, POR INCONSTITUCIONALIDADE, O PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO ESMERALDO SANTOS QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA EDUCADORES DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO”, EM VIRTUDE DE GERAR DESPESAS AOS CÖFRES PÚBLICOS, ENTRETANTO, É NECESSÁRIO DISCUTIR O CONTEÚDO DO PROJETO, FACE À REALIDADE DAS ESCOLAS, A INSEGURANÇA E TENSÃO A QUE SÃO SUBMETIDOS OS PROFESSORES E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO. NA SEQUÊNCIA, PASSOU A PALAVRA AO DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI QUE DISCORREU SOBRE A REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA EM TORNO DAS ESCOLAS, DE ESTUDANTES CONTRA OS PROFESSORES, SEM QUE HAJA UMA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS QUE QUEREM ESTUDAR. PROPÔS QUE SEJA ELABORADO UM RELATÓRIO PARA ENCAMINHAR AO GOVERNO DO ESTADO, AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ÀS AUTORIDADES COMPETENTES, PARA QUE AS ESCOLAS SEJAM TRANSFORMADAS. EM SEGUIDA, A DEPUTADA TERESA LEITÃO AGRADECEU E INFORMOU OS REPRESENTANTES PRESENTES: IVANILSON SANTOS, DO CENTRO ACADÊMICO DE PEDAGOGIA JOSUÉ DE CASTRO, ANTÔNIA FRANÇA, DIRETORA DA ESCOLA DA VILA JOÃO DE DEUS, IZAILDE SILVA E SIMONE FERRAZ, DIRETORAS DO SINTEPE, A

DIRETORA DA ESCOLA ALVARO LINS E O CAPITÃO IVELZON CHAVES DA POLÍCIA MILITAR. CONTINUANDO, PASSOU A PALAVRA AO DEPUTADO ESMERALDO SANTOS, PROPONENTE DESTAAUDIÊNCIA, QUE INICIOU FAZENDO REFERÊNCIA A CIDADE DE SÃO CAETANO E SUAS TRÊS ESCOLAS ESTADUAIS: PIO DOZE, JOAQUIM RIBEIRO E AGAMENON MAGALHÃES. DE ONDE ADVÉM A PREOCUPAÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS COM A DEGRADAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. SENDO ASSIM, SOLICITOU AOS MEMBROS A ELABORAÇÃO DE UM REQUERIMENTO, CARTA OU OFÍCIO PARA SENSIBILIZAR O GOVERNADOR A ENCAMINHAR ESSE PROJETO DE LEI AO LEGISLATIVO. LOGO APÓS, O DEPUTADO EDUARDO PORTO SUGERIU O AUMENTO DA GUARDA PATRIMONIAL COM POLICIAIS APOSENTADOS. JÁ O DEPUTADO SOLDADO MOISÉS RESSALTOU A RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DOS PARLAMENTARES COM A SOCIEDADE PERNAMBUCANA, QUANDO SE DISCUTE SAÚDE, SEGURANÇA E EDUCAÇÃO. NESTE SENTIDO, REFORÇOU O PAPEL EDUCATIVO DA PATRULHA ESCOLAR E PROPÔS O AUMENTO DA GUARDA PATRIMONIAL, ASSIM COMO UM MAIOR INVESTIMENTO NA PATRULHA ESCOLAR. A DEPUTADA TERESA LEITÃO REGISTROU, TAMBÉM, A PRESENÇA DA PROFESSORA MARIA DAS GRAÇAS SANTOS, REPRESENTANDO A PROFESSORA DO GINÁSIO PERNAMBUCANO E DA EX-DIRETORA DO GINÁSIO. EM SEGUIDA, PASSOU A PALAVRA AO MAJOR SÉRGIO RODRIGUES PARA EXPOR A VISÃO DA INSTITUIÇÃO SOBRE O TEMA. O MAJOR INFORMOU QUE O GOVERNO DO ESTADO TEM BUSCADO INVESTIMENTOS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS, AMPLIANDO AS AÇÕES, INCLUINDO A SEGURANÇA NAS ESCOLAS, BUSCANDO PARCEIROS, DE FORMA A MINIMIZAR O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS. PARA O SR. MANOEL SANTOS É PRECISO FALAR DE VIOLÊNCIA COM CUIDADO PARA NÃO CONFUNDIR A VIOLÊNCIA URBANA COM A VIOLÊNCIA PATRIMONIAL. A SRA. CLEIDIMAR BARBOSA DESTACOU QUE A PEDAGOGIA DO MEDO E DO SILÊNCIO SÃO FORMAS DE VIOLÊNCIA QUE TÊM UM ARREBATAMENTO NA PRÓPRIA DINÂMICA ESCOLAR, NOS PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS. TODOS OS PROBLEMAS DA COMUNIDADE, DA VIZINHANÇA REFLETEM DENTRO DA ESCOLA. FEZ REFERÊNCIA, TAMBÉM, A VIOLÊNCIA QUE NÃO SE EXPRESSA: A VIOLÊNCIA DA NEGAÇÃO DOS DIREITOS DOS ALUNOS. PARA O SR. ROGÉRIO BARATA, AS INJUSTIÇAS SOCIAIS E O DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS REFLETEM NA QUESTÃO DA VIOLÊNCIA. SEGUNDO ELE, OS ATOS DE INDISCIPLINA REFLETEM AS CRISES DE VALORES, DE PRINCÍPIOS ÉTICOS, DO MODELO DE SOCIEDADE EM QUE SE VIVE. “PICHACÕES E DEPREDACÕES DAS ESCOLAS OCORREM PELA AUSÊNCIA DE ESPAÇO DE DIÁLOGO EM BUSCA DOS CAMINHOS PARA QUE A ESCOLA POSSA SER UM ESPAÇO PRAZEROSO, TAMBÉM A ELABORAÇÃO DE NORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE ESCOLAR, PROFESSORES E PROFESSORAS, ALUNOS E ALUNAS, DIREÇÃO, FUNCIONÁRIOS E FUNCIONÁRIAS, PAIS E MÃES”. POR FIM, RESSALTOU A NECESSIDADE DE OBSERVAR ESTA VIOLÊNCIA COMO UM TODO, INTEGRANDO TODOS ESSES SEGMENTOS, ELABORANDO PROJETOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUAM PARA A COMPREENSÃO DA ESCOLA ENQUANTO O ESPAÇO DE GARANTIA DE DIREITOS, ASSIM COMO, POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E INCENTIVO A FORMULAÇÃO DE PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS, QUE FOQUEM A DISCUSSÃO DOS VALORES E DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS, ALÉM DE GARANTIR A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS JOVENS. FINALIZANDO O DEBATE, A DEPUTADA TERESA LEITÃO REGISTROU AS SEGUINTES PROPOSTAS: 1º) ENCAMINHAMENTO CONJUNTO DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 222/2007 À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA QUE O PODER EXECUTIVO ASSUMA O SEU CONTEÚDO COM AS ALTERAÇÕES, AMPLIAÇÕES E IMPLEMENTAÇÃO COMO POLÍTICA DE GOVERNO; 2º) AMPLIAÇÃO DA GUARDA PATRIMONIAL PARA PROTEGER OS PRÉDIOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS; 3º) AUMENTAR O INVESTIMENTO NA PATRULHA ESCOLAR, PRESERVANDO A SUA ATUAÇÃO RESTRITA À ÁREA DE SEGURANÇA SEM INTERFERÊNCIA NOS ESPAÇOS DA SALA DE AULA E INTERAGIR COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA; 4º) AMPLIAR O DEBATE SOBRE O TEMA, ENVOLVENDO TODA A COMUNIDADE ESCOLAR, TRATANDO AS MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS COMO REFLEXO DA INJUSTIÇA SOCIAL E DE OUTROS FATORES DA PRÓPRIA VIOLÊNCIA URBANA; 5º) REVER NORMAS DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, CONSTRUÍDAS COLETIVAMENTE, ATRAVÉS DO DIÁLOGO, COM TODA A COMUNIDADE ESCOLAR; 6º) TRATAR AS QUESTÕES DE QUALIFICAÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL, QUE DEVE SER COMPLETO, ATENTANDO, PRINCIPALMENTE, PARA A QUESTÃO SALARIAL, A FORMAÇÃO, IDENTIDADE E DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COM VALORES ÉTICOS E DE SOLIDARIEDADE. DE ACORDO COM A PARLAMENTAR, ALGUMAS PROPOSTAS SÃO AÇÕES DO PODER EXECUTIVO, OUTRAS DAS ASSOCIAÇÕES E DA COMUNIDADE ESCOLAR, PARA QUE POSSAM ASSUMIR, NAS SUAS INSTÂNCIAS, ESSES DEBATES, INTERFERINDO DIRETAMENTE NA TRANSFORMAÇÃO DAS ESCOLAS. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A SENHORA PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E TODAS E ENCERROU A AUDIÊNCIA. E, PARA QUE TUDO CONSTE EM REGISTRO, FOI DIGITADA ESTA ATA, QUE SERÁ POSTERIORMENTE APROVADA, ASSINADA E PUBLICADA.

SALA DA COMISSÃO, 10 DE OUTUBRO DE 2007.

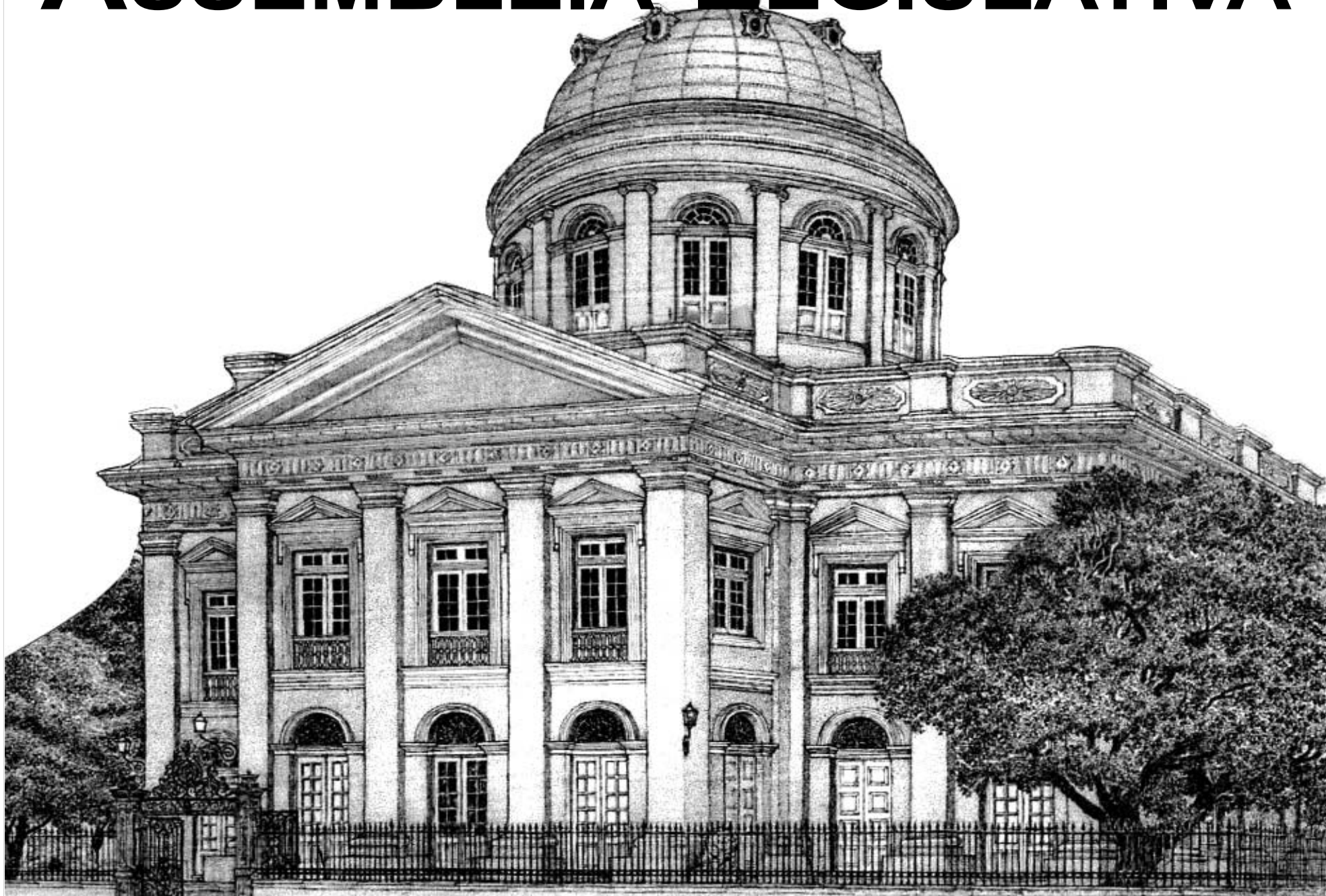
DEPUTADA **TERESA LEITÃO**  
PRESIDENTA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DEPUTADO **MAVIAEL CAVALCANTI**  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MEMBROS TITULARES:  
DEPUTADO **SOLDADO MOISÉS**

MEMBRO SUPLENTE:  
DEPUTADO **ESMERALDO SANTOS**

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



## MESA DIRETORA

**Guilherme Uchoa (PDT)**

Presidente

**Izaías Régis (PTB)**

1º Vice-Presidente

**Raimundo Pimentel (PSDB)**

2º Secretário

**Ciro Coelho (DEM)**

2º Vice-Presidente

**Sérgio Leite (PT)**

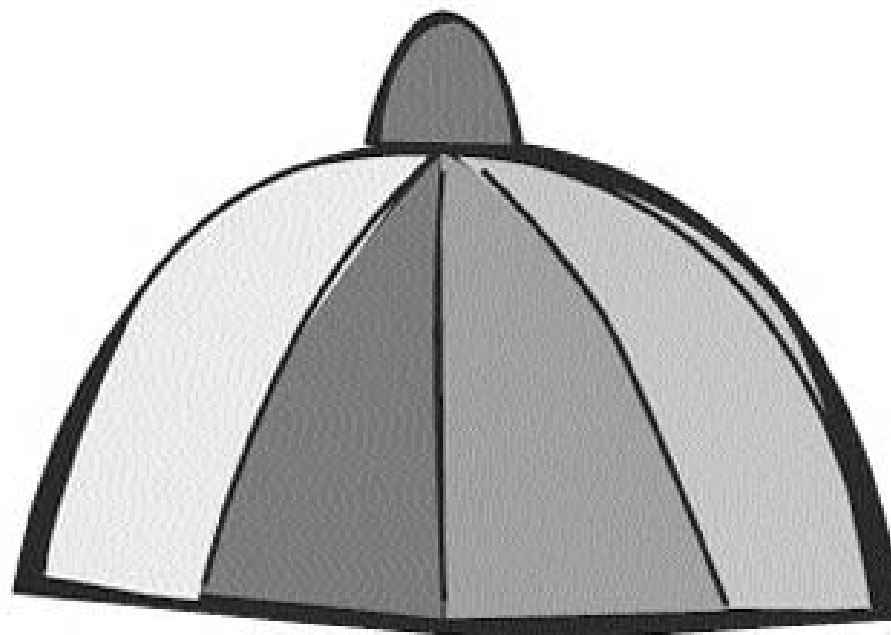
3º Secretário

**João Fernando Coutinho (PSB)**

1º Secretário

**Henrique Queiroz (PR)**

4º Secretário



# SEGUNDA CULTURAL

O Projeto Segunda Cultural da Assembléia Legislativa apresenta, nas primeiras segundas-feiras de cada mês, no Plenário da Casa, espetáculos que valorizam a cultura pernambucana. Os eventos são realizados em parceria com os artistas – que não cobram cachê –, a partir das 18h. A entrada é franca. Compareça.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE PERNAMBUCO